



COMPLEXO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
Rua dos Mundurucus, nº 4487 - Bairro Guamá  
Belém-PA, CEP 66073-000  
- <http://chu-ufpa.ebserh.gov.br>

Projeto Básico - SEI  
Processo nº 23768.002543/2025-51

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução do serviço de **Implantação do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS)**, incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à completa execução dos serviços, conforme condições, quantidades, exigências e especificações estabelecidas neste Projeto Básico e seus anexos.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR GLOBAL ESTIMADO
1	1619	Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução do serviço de <b>Implantação do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS)</b> , incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra.	1	Unidade	R\$ 1.812.489,41

1.2. Em caso de eventual discordância existente entre as especificações descritas no sistema CATSER do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) e as especificações constantes neste Projeto Básico, prevalecerá a descrição contida neste projeto.

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de execução de serviço de engenharia.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados nos anexos do Projeto Básico do Edital de Licitação.

2. PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

2.1. Como regra geral, de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - RLCE, recomenda-se o parcelamento do objeto licitado sempre que se mostrar tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Contudo, conforme o mesmo regulamento, o parcelamento não será adotado quando:

2.2. O objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado; e

2.3. Houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido.

2.4. Considerando os dois aspectos básicos: o técnico e o econômico, ressalta-se que o parcelamento dependerá da divisibilidade do objeto licitado, que deverá ser balizado pelas vantagens econômicas que proporcionam à Administração Pública, como a redução de custos ou despesas, de modo a proporcionar a obtenção de uma contratação mais vantajosa para a Administração. Desse modo, optou-se pelo NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO, conforme justificativa descrita no Estudo Técnico Preliminar – ETP N° 108/2025 (57708709).

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS), localizado no Estado do Pará, é uma unidade hospitalar que integra o complexo hospitalar da Universidade Federal do Pará (CHU-UFPA). Reconhecido como hospital de referência na região Norte do Brasil, o HUBFS exerce um papel essencial não apenas na prestação de serviços assistenciais à população, como também na formação de profissionais de saúde, cumprindo sua função como hospital de ensino vinculado à Universidade Federal do Pará.

3.2. Entretanto, a infraestrutura predial e de instalações do HUBFS apresenta atualmente **limitações severas em seus sistemas de segurança contra incêndio**, não atendendo plenamente às exigências das normas técnicas vigentes e às determinações dos órgãos reguladores e de controle, como a Diretoria de Vigilância Sanitária (DEVISA), o Corpo de Bombeiros Militar, o Ministério Público Federal (MPF), a Auditoria Interna, entre outros.

3.3. Nesse contexto, torna-se **imprescindível a contratação de empresa especializada para a execução do serviço de implantação do sistema de prevenção e combate a incêndio**, contemplando o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessária, conforme projetos executivos previamente elaborados.

3.4. **O sistema de prevenção e combate a incêndio do HUBFS encontra-se inadequado**, apresentando ausência ou deficiência de elementos essenciais, como rede de hidrantes, sistema de detecção e alarme, sinalização, iluminação de emergência e equipamentos de contenção e extinção de incêndio, o que compromete significativamente a segurança de pacientes, profissionais, usuários e do próprio patrimônio público.

3.5. Dessa forma, a contratação ora proposta visa:

- a) Adequar a infraestrutura do sistema de combate à incêndio do hospital às normas técnicas da ABNT e às necessidades assistenciais atuais e futuras da instituição;
- b) Garantir maior segurança, estabilidade e confiabilidade no fornecimento de energia elétrica, inclusive com a implantação de nova subestação de energia, novos grupos geradores e sistemas de transferência automática;
- c) Atender aos requisitos de segurança contra incêndio exigidos pelo Corpo de Bombeiros Militar, possibilitando a obtenção do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros);
- d) Eliminar riscos iminentes à saúde e à integridade física dos ocupantes da edificação;
- e) Prevenir a ocorrência de sinistros com potencial de comprometimento do funcionamento da unidade hospitalar;
- f) Atender às recomendações e determinações expedidas por órgãos de fiscalização e controle, incluindo relatórios e auditorias prévias;
- g) Promover a regularização técnica da unidade hospitalar junto aos órgãos competentes.

3.6. Em suma, a presente contratação é **fundamental para garantir a continuidade das atividades assistenciais e acadêmicas do HUBFS com segurança, confiabilidade, legalidade e sustentabilidade operacional**, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e da proteção à vida e ao patrimônio público.

4. VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1. O contrato terá vigência pelo período de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, caso necessite, conforme Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1. O prazo de execução do serviço será de **9 (nove) meses**, a contar da data de início definida na Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE e, portanto, a LICITANTE vencedora CONTRATADA deverá dimensionar a equipe visando cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro.

6. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO: Trata-se de serviço, conforme conceituação disposta no art. 6º, inciso XI da Lei n.º 14.133/2021, eis que a contratação implicará intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza.

6.2. DA GARANTIA: Será exigida a entrega de Garantia de Execução pela CONTRATADA, conforme apresentado no item 34 deste Projeto Básico.

6.3. DA HABILITAÇÃO DA CONTRATADA: A empresa a ser CONTRATADA deverá cumprir os requisitos de habilitação conforme apresentado no item 21 deste Projeto Básico.

6.4. DOS REQUISITOS RELACIONADOS À SEGURANÇA DO TRABALHO – A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar antes do início dos trabalhos, em até 30 dias após a assinatura do contrato e/ou durante a realização do contrato os documentos exigidos no subitem 14.3.1.7 deste Projeto Básico.

6.5. DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO: Além dos documentos relacionados à segurança do trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização, em até 30 dias após a assinatura do contrato, a relação de documentos exigidos no subitem 14.3.1.14 deste Projeto Básico.

7. **DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

7.1. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução do serviço de **Implantação do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS)**.

7.2. MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: **Licitação eletrônica**, sendo operacionalização da fase externa do certame por meio do sistema informatizado de compras da Concorrência Eletrônica.

7.3. REGIME DE EXECUÇÃO: **Empreitada por Preço Unitário**.

7.3.1. Segundo o art. 120 do RLCE 2.0 da EBSEH, no caso de licitação de obras e serviços de engenharia, deverá ser utilizada a Contratação Semi-integrada, quando for possível definir previamente no TR as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual, em obra ou serviço de engenharia que possa ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias, podendo ser utilizadas outras modalidades, desde que essa opção seja devidamente justificada. Contudo, no presente caso, tendo em vista a existência de projetos executivos de engenharia e que define previamente as metodologias e tecnologias que deverão ser aplicadas na execução do serviço, entende-se não ser aplicável este regime de execução na presente contratação.

7.3.2. A escolha do regime de execução de empreitada por preço unitário uma vez que o preço é fixado por unidade determinada. Os pagamentos serão realizados a partir da medição dos serviços e itens efetivamente executados, de modo que não haverá riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos. Segundo a Lei 13.303/16, a empreitada por preço unitário consiste na contratação da execução do serviço por preço certo de unidades determinadas. A escolha deste regime se deu pelo fato de se tratar de uma reforma de uma edificação antiga e que possui características que nem sempre são possíveis de identificar na elaboração do projeto e, consequentemente, não é possível prever com elevado nível de precisão os quantitativos de serviços e materiais.

7.4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Maior Desconto**.

7.4.1. O critério de julgamento da licitação será o de MAIOR DESCONTO. Em conformidade com o inciso II do § 4º do art. 54 da Lei nº 13.303/2016, o desconto incidirá de forma linear sobre a totalidade dos itens constantes do orçamento estimado. Será também exigido aos LICITANTES a apresentação de PLANILHA DE CUSTO DETALHADA COM VALORES UNITÁRIOS, de acordo com modelo preestabelecido como Anexo do Edital, onde para todos os itens deverão ser aplicados o desconto ofertado na licitação, em relação ao orçamento referencial divulgado neste instrumento convocatório.

7.4.2. PERCENTUAL DE INTERVALO DE LANCES: **0,01 %**.

7.5. MODO DE DISPUTA: **Aberto**, com intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 0,05%.

8. **NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

8.1. Para a presente contratação, será formalizado um Contrato entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme o RLCE 2.0, assegurando a clareza, segurança jurídica e conformidade com a legislação vigente.

9. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

9.1. O serviço será realizado no **Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, localizado na Rua Augusto Corrêa, 01, bairro Guamá, Belém/PA, CEP 66075-110**.

9.2. Área do serviço: 4.414,39 m²

9.3. A execução do serviço deverá estar de acordo com as especificações, encartes e instruções complementares, presentes neste instrumento, nos projetos de engenharia, caderno de especificações técnicas, orçamento referencial e cronograma físico-financeiro.

9.4. **ESCOPO DA CONTRATAÇÃO:** A presente contratação tem por objeto, em termos gerais, a **execução do serviço de Implantação do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS)**, conforme projeto executivo fornecido pela CONTRATANTE.

9.4.1. SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO

9.4.1.1. O escopo referente ao sistema de combate a incêndio contempla as seguintes intervenções principais:

- I - Implantação da rede de hidrantes (tubulação de combate a incêndio em aço galvanizado ou PPR, conforme projeto), com pontos estratégicos distribuídos nos blocos do hospital, garantindo alcance total com as mangueiras;
- II - Fornecimento e instalação de abrigo para hidrantes, equipados com mangueiras, esguichos reguláveis, chaves Storz, válvulas de manobra e suportes internos;
- III - Implantação da casa de bombas de incêndio, com instalação de:
  - a) Bomba de Incêndio;
  - b) Painel de comando e sistema de acionamento automático e manual;
- IV - Instalação de coluna de recalque, válvulas de governo e válvulas de retenção, conforme especificações de projeto;
- V - Execução de ensaios hidrostáticos e testes operacionais da rede de combate, com emissão de laudos técnicos assinados por profissional habilitado;
- VI - Fornecimento e instalação de placas de sinalização e identificação fotoluminescente nas rotas de fuga, pontos de hidrante e demais componentes do sistema;
- VII - Execução de sistema de aterramento para os equipamentos do sistema de combate, garantindo segurança elétrica e compatibilidade com a subestação;
- VIII - Treinamento da equipe de manutenção e apoio técnico local, com entrega de manual de operação e manutenção do sistema instalado.

9.4.1.2. Além disso, o escopo inclui:

- I - Instalação do sistema de detecção e alarme de incêndio, composto por acionadores manuais, sinalizadores audiovisuais, central de alarme endereçável e sistema de monitoramento;
- II - Programação da central de alarme com zonas e setores conforme layout da edificação, possibilitando acionamento setorial e alarme geral;

- III - Testes de funcionamento de todos os dispositivos do sistema, com simulação do acionamento manual e resposta dos alarmes, devidamente registrados em relatório técnico;
  - IV - Treinamento da equipe técnica do hospital quanto à operação e manutenção do sistema;
- 9.4.1.3. E ainda:
- I - Implantação do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), conforme NBR 5419, com instalação de captadores, hastes, condutores de descida, malhas equipotenciais, conexões e eletrodos de aterramento;
  - II - Instalação de caixas de inspeção e pontos de medição de resistência de aterramento;
  - III - Execução de ensaios de continuidade elétrica e medição da resistência de aterramento, com apresentação de laudo técnico assinado por profissional legalmente habilitado;
  - IV - Interligação do sistema de aterramento do SPDA com os sistemas elétricos da subestação e demais estruturas metálicas dos Blocos da unidade hospitalar.

9.5. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS SERVIÇOS: o **Sistema de Combate a Incêndio contemplarão:**

- 9.5.1. Instalação de infraestrutura de sistema de combate a incêndio: hidrantes, tubulação, registro de recalque.
- 9.5.2. Instalação de bomba de incêndio;
- 9.5.3. Instalação de novos extintores de incêndio;
- 9.5.4. Instalação de Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio;
- 9.5.5. Instalação de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas;
- 9.5.6. Administração do serviço;
- 9.5.7. Mobilização e desmobilização de serviços;
- 9.5.8. Serviços preliminares;
- 9.5.9. Implantação de canteiro de obras e instalações provisórias;
- 9.5.10. Recomposição de paredes, forros e pisos;
- 9.5.11. Descarte de entulhos e resíduos provenientes da execução do serviço;
- 9.5.12. Certificação do cabeamento estruturado referente aos Sistemas Eletrônicos;
- 9.5.13. Elaboração de projetos as-built para cada disciplina;
- 9.5.14. Testes e Comissionamento das instalações;
- 9.5.15. Elaboração de laudos/relatórios técnicos;
- 9.5.16. Treinamento da equipe técnica de manutenção da unidade hospitalar.
- 9.5.17. Demais sistemas e serviços que se fizerem necessários para a adequada e completa conclusão do objeto.

9.6. A CONTRATADA fornecerá todos os materiais, mão de obra e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, dando andamento conveniente aos serviços, de modo que possam ser integralmente cumpridos o cronograma e os prazos estabelecidos.

9.7. Fica entendido que os projetos de engenharia, memoriais descritivos, caderno de especificações técnicas, as planilhas de quantitativos, orçamento referencial e toda a documentação constante deste Projeto Básico são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro será considerado como especificado e válido.

9.8. No caso de divergências de especificações e/ou quantitativos entre os documentos técnicos apresentados no edital de licitação, prevalecerá as informações presentes nos projetos de arquitetura e engenharia, seguidos do orçamento e memorial descritivo, nessa ordem. Todavia, o caso concreto deverá ser analisado pela equipe de fiscalização, ponderando, entre critérios de eficiência, economicidade, usabilidade, segurança, essencialidade e requisitos normativos para alteração da sequência indicada.

9.9. A CONTRATADA deverá executar todos os serviços em conformidade com as leis, decretos, regulamentos, portarias, diretrizes da Rede EBSERH, normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a serviços/obras públicas, em especial:

- 9.9.1. Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- 9.9.2. REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA EBSERH – RLCE (sempre em sua última versão), que regulamenta as licitações e contratos para aquisição de bens e serviços pela EBSERH, e dá outras providências;
- 9.9.3. ABNT NBR 5410 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- 9.9.4. ABNT NBR 5419 - Proteção contra Descargas Atmosféricas;
- 9.9.5. ABNT NBR 913714 - Sistema de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio;
- 9.9.6. ABNT NBR 12693 - Sistemas de Proteção por Extintores de Incêndio;
- 9.9.7. Instrução Técnica N° 01 - Procedimento Administrativo;
- 9.9.8. Instrução Técnica N° 03 Parte I – SISTEMA DE PROTEÇÃO POR EXTINTORES DE INCÊNDIO;
- 9.9.9. Instrução Técnica N° 03 Parte II – SISTEMA DE HIDRANTES E MANGOTINHO;
- 9.9.10. Demais Normas da ABNT e outras relacionadas ao objeto desta contratação, atualizadas, ou as normas internacionais consagradas na falta destas;
- 9.9.11. Resolução CONFEA nº 361, de 10/12/1991, no que couber;
- 9.9.12. Decreto n. 5.975 de 2006 e Portaria n. 253 de 2006 do Ministério do Meio Ambiente;
- 9.9.13. Decreto n. 7.983, de 08/04/2013;
- 9.9.14. Resolução CONAMA n. 307 de 2002;
- 9.9.15. Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 1, de 19/01/2010;

9.9.16.	Regulamentos e determinações das concessionárias dos serviços públicos locais;
9.9.17.	Disposições das Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, estabelecidas pelo Decreto n. 92.100, de 10/12/1985, atualizadas através da Portaria n. 2.296, de 23/07/1997 (Práticas da SEAP);
9.9.18.	Instrução Normativa SEGES nº 6, de 06/07/2018;
9.9.19.	Diretrizes de Sustentabilidade para Projetos de Arquitetura e Engenharia em Hospitais Universitários;
9.9.20.	Caderno de Manutenção Predial;
9.9.21.	Portaria-SEI nº 01, de 07 de janeiro de 2019;
9.9.22.	Portaria-SEI nº 02, de 07 de janeiro de 2019;
9.9.23.	Nota Técnica 05-2022 - Gerenciamento de resíduos de obras hospitalares da Rede EBSE RH;
9.9.24.	Gestão de Manutenção Predial Hospitalar para os hospitais da Rede EBSE RH;
9.9.25.	Diretrizes para Contratação e Fiscalização de Obras da Rede EBSE RH - Volume I.
10.	<b>DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS</b>
10.1.	<b><u>CONSIDERAÇÕES GERAIS</u></b>
10.1.1.	O serviço será executado com a unidade hospitalar em funcionamento, com expediente nos dias úteis e final de semana. Sendo assim: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Todos os serviços deverão ser planejados e executados de forma a <b>não interferir no funcionamento das atividades assistenciais</b>.</li> <li>b) Intervenções com potencial de impacto (desligamento de energia, corte de água, ruído intenso, obstrução de acessos) deverão ser previamente agendadas com a administração hospitalar e com a anuência da fiscalização.</li> <li>c) Sempre que necessário, poderá ser exigida a execução de serviços <b>fora do horário comercial</b> ou em <b>turnos noturnos</b>, a fim de garantir a continuidade da operação da unidade hospitalar.</li> </ul>
10.1.2.	A CONTRATADA deverá apresentar Plano de Ataque e Cronograma Físico-Financeiro detalhado, contendo etapas executivas, datas de intervenções críticas, plano de contingência e estratégias de mitigação de impacto nos serviços hospitalares.
10.1.3.	Antes do início dos serviços, a CONTRATADA deverá promover reuniões técnicas com a fiscalização e os setores impactados, para alinhamento das ações e aprovação das estratégias de intervenção.
10.1.4.	As áreas de trabalho deverão ser isoladas por barreiras físicas (painéis, tapumes, lonas), devidamente sinalizadas, com controle de acesso e medidas para contenção de poeira e ruídos.
10.1.5.	É vedado o armazenamento de materiais ou ferramentas em corredores, rotas de fuga, salas de atendimento ou em áreas de uso comum do hospital.
10.1.6.	Todos os serviços deverão atender às normas da ABNT, legislação sanitária, Corpo de Bombeiros e demais órgãos reguladores competentes.
10.1.7.	Os ensaios, testes, ajustes, comissionamentos e fornecimento de documentação "as built" serão obrigatoriamente fornecidos pela CONTRATADA.
10.1.8.	A CONTRATADA deve respeitar as considerações de instalação e as especificações dos componentes/dispositivos descritas neste Projeto Básico ou no Projeto Executivo e seus Anexos.
10.1.9.	A existência de interferências com a arquitetura deve ser solucionada durante a fase de execução do serviço e com a anuência da fiscalização.
10.1.10.	A CONTRATADA deverá deixar as soluções de Implantação do Sistema de Prevenção e Combate à Incêndio <b>operacionais e prontas para uso</b> .
10.1.11.	A CONTRATADA deverá garantir a integridade de todos os equipamentos fornecidos e será responsável por qualquer dano que venha a ocorrer aos equipamentos, em função de seu deslocamento, montagem ou instalação.
10.1.12.	Todos os equipamentos utilizados devem possuir certificação do Inmetro e atender aos critérios de segurança e durabilidade para ambientes hospitalares.
10.1.13.	Todos os materiais e equipamentos devem ser novos, de primeira linha, com procedência e garantia do fabricante.
10.1.14.	A CONTRATADA deverá fornecer, instalar e realizar o comissionamento de todos os equipamentos elétricos/eletrônicos previstos no Projeto Executivo, objeto desta contratação.
10.1.15.	A CONTRATADA deverá manter equipe técnica qualificada durante todo o período do serviço, com engenheiro responsável presente em campo para condução, tomada de decisão e interface com a fiscalização.
10.1.16.	Toda a instalação deve estar coberta por ART.
10.2.	<b><u>SISTEMA DE COMBATE À INCÊNDIO E PÂNICO</u></b>
10.2.1.	A CONTRATADA deverá fornecer e instalar o sistema de combate a incêndio e pânico conforme as normas vigentes, em especial a NBR 13714 (Sistemas de Hidrantes e de Mangotinhos para Combate a Incêndio), NBR 9077 (Saídas de Emergência), NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão), e demais legislações pertinentes do Corpo de Bombeiros local.
10.2.2.	A CONTRATADA deverá instalar a rede de hidrantes completa, composta por tubulações, conexões, válvulas de governo, registros, bombas, abrigos, esguichos e mangueiras.
10.2.3.	As tubulações deverão ser confeccionadas em aço carbono ou galvanizado, conforme projeto, e pintadas na cor vermelha de acordo com a NBR 6493 (Identificação de Tubulações). Deverão ser identificadas com etiquetas permanentes, indicando o sentido de fluxo, tipo de fluido e função da tubulação (ex.: "ÁGUA – Hidrante").
10.2.4.	Toda a tubulação deverá ser firmemente fixada com suportes metálicos que garantam a estabilidade mecânica, sem obstruir rotas de fuga ou corredores de circulação. Os suportes devem resistir às solicitações térmicas e hidráulicas do sistema durante o funcionamento em regime de emergência.
10.2.5.	Os abrigos deverão ser metálicos, com visor em acrílico transparente, pintura vermelha e sinalização permanente visível. Devem conter suporte interno para mangueiras, esguichos e chave para registro angular.
10.2.6.	As bombas de incêndio deverão ser instaladas com quadro de comando com partida automática e manual, pressostatos para acionamento automático, manômetros em pontos estratégicos para leitura de pressão de sucção e recalque, registro de recalque e válvula de retenção.
10.2.7.	A tubulação de recalque deverá ser submetida a teste hidrostático com 1,5 vez a pressão de operação por um período mínimo de 2 horas, sem apresentar vazamentos ou deformações.
10.2.8.	Toda a rede deverá passar por ensaio hidrostático e simulação de funcionamento real, com registro de pressão, vazão e tempo de resposta.
10.2.9.	As mangueiras deverão ser testadas em bancada antes da instalação, com emissão de relatório de conformidade e funcionamento.

- 10.2.10. A instalação de iluminação de emergência e placas indicativas de rota de fuga deverá estar integrada ao sistema de segurança contra incêndio.
- 10.2.11. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes documentos ao final da instalação:
- a) Laudo de funcionamento do sistema de combate a incêndio, assinado por profissional habilitado,
  - b) Relatório dos ensaios hidrostáticos e de comissionamento do sistema,
  - c) Certificados dos materiais utilizados (bombas, válvulas, mangueiras, etc.),
  - d) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à execução e testes do sistema.
- 10.3. **SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO**
- 10.3.1. A CONTRATADA deverá fornecer e instalar o sistema de detecção e alarme de incêndio conforme as diretrizes da norma ABNT NBR 17240 (Sistemas de detecção e alarme de incêndio), bem como atender às exigências do Corpo de Bombeiros local, da NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão) e demais normas aplicáveis.
- 10.3.2. O sistema deverá ser composto por central de alarme endereçável (conforme especificado em projeto), acionadores manuais e sinalizadores audiovisuais distribuídos de forma a garantir cobertura total da edificação.
- 10.3.3. A infraestrutura deverá ser independente da rede elétrica convencional, utilizando tubulação exclusiva (metálica ou plástica antichama, conforme ambiente) e com condutores identificados e padronizados.
- 10.3.4. Os cabos utilizados devem ser resistentes ao fogo (mínimo 750°C por 30 minutos, conforme norma) e com identificação funcional (laços de detecção, alimentação, acionamento, etc.).
- 10.3.5. Deverão ser previstas caixas de passagem acessíveis, com tampas metálicas, e eletrodutos adequadamente fixados, respeitando a separação mínima de outras instalações elétricas e de dados.
- 10.3.6. Os painéis de alarme deverão ser instalados em local acessível, com alimentação elétrica estabilizada com nobreak interno. Devem permitir monitoramento, acionamento manual e visualização clara dos eventos (alarmes, falhas, isolamentos), conforme a categoria do sistema.
- 10.3.7. A CONTRATADA será responsável por toda a configuração, endereçamento (se aplicável), interligações, testes individuais e gerais do sistema;
- 10.3.8. Deverá ser realizada simulação completa com acionamento dos acionadores manuais, testando os tempos de resposta dos sinalizadores audiovisuais e da central, com acompanhamento da fiscalização técnica.
- 10.3.9. Todos os eventos de teste deverão ser registrados em relatório técnico contendo data, horários, áreas envolvidas, equipamentos testados, tempo de resposta e conformidade com os parâmetros de projeto.
- 10.3.10. A instalação somente será considerada concluída após a comprovação de pleno funcionamento de todos os dispositivos, cobertura integral da unidade e aceite formal da fiscalização.
- 10.3.11. A instalação deve garantir cobertura total da unidade conforme planta de risco.
- 10.3.12. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes documentos ao final da instalação:
- a) Laudo técnico de funcionamento assinado por profissional habilitado com respectiva ART,
  - b) Relatório de testes e comissionamento completo do sistema,
  - c) Manual de operação da central de alarme,
  - d) Planta atualizada com identificação dos equipamentos instalados e suas respectivas posições,
  - e) Certificados dos materiais utilizados (detectores, sirenes, cabos, painéis, baterias etc.).
- 10.3.13. **SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS**
- 10.3.14. A instalação do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) deverá atender integralmente à norma ABNT NBR 5419 (todas as partes aplicáveis), considerando os subsistemas de captação, descida, aterramento e equipotencialização.
- 10.3.15. Todos os materiais utilizados no SPDA deverão possuir certificação de conformidade com as normas técnicas aplicáveis.
- 10.3.16. As malhas de captação e as descidas do SPDA deverão ser realizadas por meio de barra chata de alumínio, fixadas à edificação com suportes isolantes resistentes à corrosão e à exposição solar, conforme distâncias regulares estabelecidas em norma.
- 10.3.17. É vedada a execução de conexões enterradas não acessíveis sem proteção anticorrosiva.
- 10.3.18. As conexões entre barras chatas, captosres e o sistema de aterramento devem ser feitas por conectores mecânicos apropriados, compatíveis com os materiais utilizados, ou por soldagem a frio (exotérmica), conforme especificado em projeto.
- 10.3.19. Todos os pontos do SPDA deverão ser sinalizados conforme NR-10, incluindo advertências sobre risco de choque elétrico.
- 10.3.20. As descidas externas deverão estar protegidas mecanicamente contra vandalismo ou impactos, até uma altura mínima de 2,50 m.
- 10.3.21. Escavações e execução do aterramento:
- a) Os serviços de escavação para instalação do subsistema de aterramento deverão ser realizados de forma manual ou mecanizada, conforme as condições do local e sem comprometer fundações ou estruturas existentes;
  - b) A profundidade mínima da vala deverá ser de 0,50 m, salvo exigência diferente do projeto ou condições específicas do solo;
  - c) Todas as conexões deverão ser executadas por solda exotérmica ou conexões mecânicas apropriadas, devidamente protegidas contra corrosão;
  - d) O aterramento deverá ser interligado a todos os elementos metálicos da edificação, tais como: ferragens da estrutura (quando possível), blindagens de cabos, dutos metálicos, estruturas metálicas aparentes, portões, cercas e demais elementos suscetíveis;
  - e) A resistência de aterramento de cada ponto ou conjunto deverá ser inferior a 10 ohms.
- 10.3.22. A CONTRATADA deverá apresentar, ao final da instalação, relatório técnico completo com:
- a) Registro fotográfico da execução das valas, malhas de captação, sistema de descida e malhas de aterramento,
  - b) Medições de resistência de aterramento com terrômetro (método de Wenner ou queda de potencial), informando data, hora, tipo de solo, umidade e condições climáticas,
  - c) Medição da continuidade elétrica entre os componentes metálicos conectados ao sistema equipotencial,
  - d) Medição da continuidade elétrica da malha de aterramento e entre diferentes malhas, assegurando a equipotencialização geral,
  - e) Verificação de continuidade das descidas (barra chata de alumínio) entre captosres e eletrodos de aterramento,

- f) Ensaio de equipotencialização e verificação da ligação dos elementos metálicos aparentes e estruturais ao sistema de aterramento,
- g) Certificados dos materiais empregados (captosres, hastes, conectores, barras, etc.),
- h) ART de execução e ensaios, assinada por profissional habilitado.

10.4. **SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA**

- 10.4.1. A instalação do sistema de iluminação de emergência deverá atender integralmente à norma ABNT NBR 10898, além das exigências do Corpo de Bombeiros local e demais normas complementares, como a NBR 5410 e NBR 9077, no que couber.
- 10.4.2. A instalação deve cobrir todos os acessos, rotas de fuga, escadas, corredores e saídas.
- 10.4.3. O sistema deve acionar-se automaticamente na ausência de energia elétrica da rede normal, sem necessidade de intervenção manual.
- 10.4.4. As luminárias de emergência não devem ser utilizadas como parte do sistema de iluminação normal do ambiente.
- 10.4.5. O sistema deve ser alimentado por circuito exclusivo, conforme NBR 5410, com cabeamento antichama e infraestrutura metálica ou resistente ao fogo.
- 10.4.6. Após a conclusão da instalação, a CONTRATADA deverá realizar teste de desligamento geral do fornecimento de energia normal, de forma a verificar a entrada em operação do sistema de emergência.
- 10.4.7. Deverá ser emitido laudo técnico, contendo:
- a) Descrição geral do sistema instalado,
  - b) Registro fotográfico da instalação,
  - c) Cronograma dos testes com data, hora e tempo de autonomia das luminárias de emergência aferido,
  - d) ART de instalação e ensaio emitida por profissional habilitado.

11. **APROVAÇÃO E RESPONSABILIDADES JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS**

- 11.1. Considerando que **já existe projeto de prevenção e combate a incêndio aprovado junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBM-PA)** para a unidade hospitalar HUBFS, a CONTRATADA deverá executar os serviços **em estrita conformidade com o projeto aprovado**, bem como com as normas técnicas vigentes e eventuais atualizações normativas exigidas pelo CBM-PA.
- 11.2. Caso seja necessário o protocolo de projetos complementares, revisões, adequações, memoriais descritivos, relatórios técnicos ou quaisquer outros documentos junto ao Corpo de Bombeiros para fins de análise, vistoria, atualização ou regularização da edificação, todos os trâmites necessários à aprovação do sistema de combate a incêndio instalado, incluindo sistema de detecção e alarme de incêndio (SDAI) e sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), **serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.**
- 11.3. A CONTRATADA deverá providenciar e acompanhar todo o processo até a aprovação formal do sistema pelo Corpo de Bombeiros.
- 11.4. Todas as despesas decorrentes deste processo, incluindo taxas, emolumentos, vistorias e quaisquer valores cobrados para análise, aprovação e emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE qualquer ônus adicional.
- 11.5. O serviço somente será considerado concluído e aceito pela CONTRATANTE após:
- a) Execução integral e funcional do sistema de combate a incêndio,
  - b) Realização de todos os testes e comissionamentos exigidos,
  - c) Aprovação final do Corpo de Bombeiros,
  - d) Emissão do AVCB válido, correspondente à unidade hospitalar HUBFS.

12. **TREINAMENTO**

- 12.1. Após a finalização do comissionamento do sistema de combate a incêndio, objeto desta contratação, a CONTRATADA deverá realizar treinamento técnico presencial destinado à equipe de manutenção do hospital, abrangendo os principais aspectos operacionais, de segurança, inspeção e manutenção preventiva dos sistemas instalados.
- 12.2. O treinamento deverá contemplar, no mínimo:
- a) Operação do sistema de combate a incêndio, incluindo a acionamento manual e automático, reconhecimento de falhas e atuação das bombas e verificação periódica de hidrantes, válvulas, mangueiras, etc.,
  - b) Funcionamento do sistema de detecção e alarme de incêndio, abrangendo a operação e sinalização da central de alarme, acionamento dos dispositivos manuais, diagnóstico de falhas, restabelecimento do sistema e testes periódicos e manutenção,
  - c) Ações a serem tomadas em caso de falhas ou emergência.
- 12.3. O treinamento deverá:
- a) Ser realizado presencialmente, nas dependências do hospital e em local definido pela fiscalização, com carga horária mínima de 8 horas,
  - b) Ser conduzido por profissional habilitado (engenheiro eletricista, engenheiro de segurança e/ou técnico com comprovada experiência nos sistemas implantados),
  - c) Incluir material didático impresso e/ou digital, contendo procedimentos operacionais, diagramas dos sistemas, checklists de inspeção e orientações de segurança,
  - d) Ser documentado por meio de lista de presença assinada, relatório de realização e emissão de certificados individuais aos participantes.
- 12.4. A realização do treinamento é condição obrigatória para o aceite final do serviço de implantação, e seu agendamento deverá ser previamente acordado com a equipe de fiscalização da CONTRATANTE.
13. **PROJETO AS BUILT**
- 13.1. A CONTRATADA deverá apresentar, ao final dos serviços e como condição para aceite definitivo, os projetos executivos atualizados, considerando todas as alterações realizadas durante a execução.
- 13.2. Será considerado um projeto as built atualizado aquele no qual o ajuste/registro for realizado em, no máximo, **3 (três) dias úteis após a alteração realizada na execução dos serviços.**
- 13.3. A CONTRATA deverá elaborar e entregar os projetos as built (conforme executado) em formato digital editável (DWG, PDF, e XLS, conforme o tipo de documento), contemplando:
- a) Sistema de combate a incêndio,
  - b) Sistema de detecção e alarme de incêndio (SDAI),
  - c) Sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA),
  - d) Sistema de Iluminação de Emergência.

- 13.4. Os projetos as built deverão estar de acordo com as normas técnicas vigentes (ABNT, NBR, NR), refletindo fielmente todas as modificações, ajustes e adaptações feitas em campo, inclusive alterações solicitadas pela fiscalização da CONTRATANTE.
- 13.5. Os projetos as built deverão incluir legendas, escalas, simbologias e tabelas que garantam total entendimento dos documentos.
- 13.6. Todos os projetos as built deverão ser acompanhados das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) e assinaturas dos responsáveis técnicos legalmente habilitados.
- 13.7. A entrega dos projetos as built deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** após a conclusão dos serviços, sob pena de retenção de pagamentos finais e/ou aplicação de penalidades contratuais.

14. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 14.1. A execução dos serviços seguirá a dinâmica apresentada em cronograma físico financeiro entregue pela CONTRATADA juntamente com a proposta técnico-comercial e, formalmente aprovado pela CONTRATANTE. O prazo de execução do objeto contratual deverá respeitar o preconizado neste Projeto Básico.
- 14.2. Os procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas estão previstas neste Projeto Básico e seus anexos, na legislação vigente e normas técnicas pertinentes.

14.3. **INÍCIOS E PRAZOS**

- 14.3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 14.3.1.1. Adjudicado o objeto e homologada a licitação, a CONTRATANTE convocará o representante legal da adjudicatária, mediante mensagem encaminhada por e-mail, para assinar o contrato no prazo de até **cinco (5) dias úteis**, a contar da data da remessa da mensagem por via eletrônica, prorrogável por igual prazo, mediante justificativa escrita da LICITANTE apreciada pela CONTRATANTE, sujeitando-se a adjudicatária, em caso de recusa e/ou atrasos injustificados as penalidades previstas em edital.

14.3.1.2. Antes do início dos trabalhos, a CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços, em atendimento aos princípios e disposições das Normas Regulamentadoras da Secretaria de Inspeção do Trabalho, em especial a NR 18 - Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção.

14.3.1.3. A LICITANTE vencedora CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, a partir da assinatura do contrato, os seguintes documentos:

14.3.1.4. Nomeação do responsável local pela execução do serviço, o qual será designado preposto;

14.3.1.5. Anotação de Responsabilidade Técnica perante o CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica perante o CAU pela execução do serviço, assinada por Engenheiro e/ou Arquiteto;

14.3.1.6. Abertura do Cadastro Nacional de Obras - CNO na Receita Federal do Brasil (que substitui o CEI de obras)

14.3.1.7. Documentos relacionados à segurança do trabalho:

a) Manter seu pessoal devidamente uniformizado, identificando-os através de crachás, contendo fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI’s e/ou Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC’s, necessários conforme legislação pertinente.

b) A CONTRATADA deverá acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Biossegurança e de Medicina e Segurança do Trabalho.

c) Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar ao SOST/EBSERH, em atendimento a NR07, NR9 e NR 32 da portaria 3214/78, cópia do PPRA e do PCMSO da empresa CONTRATADA, cópia do cartão de vacinação (atualizado) e cópia dos certificados de capacitação para NR10, NR32, NR33 e NR35, se necessários, além dos seguintes exames laboratoriais: anti HBS, tipagem sanguínea, hemograma completo, glicemia de jejum, e demais exames que se fazem necessários pela PCMSO da empresa. A empresa CONTRATADA também fica obrigada a manter os ASO's dos seus funcionários sempre atualizados, enviando cópias dos mesmos ao SOST/EBSERH.

d) A CONTRATADA deverá elaborar Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT caso venha a utilizar 20 profissionais ou mais na execução do serviço.

e) Deverá ser apresentado ao Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho – SOST, antes do início das atividades, as documentações informadas nos quadros abaixo:

QUADRO 1 – TREINAMENTO OBRIGATÓRIO			
ITEM	TREINAMENTO	NORMA	ATIVIDADES
1.	Treinamento admissional e periódico, visando a garantir a execução de suas atividades com segurança.	NR-01 NR-06 NR-11 NR-18 NR-23 NR-32	Todas
2.	Curso básico – segurança em instalações e serviços com eletricidade	NR-10	Obrigatório para profissionais que tenham contato com baixa e/ou média tensão, ou seja, igual ou superior a 50 Volts em corrente alternada ou superior a 120 Volts.
3.	NR-35 Trabalho em Altura	NR-35	Atividades para trabalhos acima de 2m.

QUADRO 2 – DOCUMENTAÇÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO DA CONTRATADA		
ITEM	CÓPIA DOS DOCUMENTOS	NORMA DO MTE
1.	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA	NR-09
2.	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO	NR-07
3.	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT	NR-18
4	Laudo de Insalubridade e/ou Periculosidade + Atestado de Responsabilidade Técnica (ART)	NR-15 e NR-16
5.	Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho –LTCAT + Atestado de Responsabilidade Técnica (ART)	Decreto 4.032/2001 e Lei 9.032/95
6.	Autorização por escrito dos profissionais permitidos a executarem atividades em altura.	NR-35
7.	Nomeação por escrito do profissional supervisor e legalmente habilitado pelas atividades em altura.	NR-35
8.	Plano de Emergência	NR-35
9.	Permissão de Trabalho - PT	NR-35
10.	Análise Preliminar de Risco - AR	NR-35



11.	Autorização por escrito dos profissionais permitidos a intervirem nas instalações elétricas do CHU-UFPA	NR-10
12.	Nomeação por escrito do profissional supervisor pela equipe de elétrica.	NR-10
13.	Inventários de EPIs e EPCs	NR-06
14.	Inventários de ferramental compatíveis com a instalação elétrica existente.	NR-10
15.	Inventário de todos os produtos químicos e cópia das FISPQS.	NR-26

QUADRO 3 – DOCUMENTAÇÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO DO PROFISSIONAL		
ITEM	CÓPIA DOS DOCUMENTOS	NORMA DO MTE
1.	Cartão de Vacinação	NR-07 e NR-32
2.	Ordens de Serviço - OS	NR-01
3.	Atestado de Saúde Ocupacional – ASO	NR-07
4.	Atestado de Saúde Ocupacional – ASO – Profissionais de elétrica.	NR-07 e NR-10
5.	Atestado de Saúde Ocupacional – ASO – profissionais que realizaram trabalho em altura	Decreto 4.032/2001 e Lei 9.032/95
6.	Fichas de entrega de EPI	NR-06
7.	Ficha de treinamento e cópia dos certificados.	NRs
8.	Comprovação de qualificação e habilitação, conforme NR-10	NR-10

- 14.3.1.8. Comunicação Prévia da obra ao Ministério do Trabalho e Emprego;
- 14.3.1.9. Relação de empregados contendo nome completo, cargo ou função, remuneração, atribuições, benefícios adicionais, endereço, horário do posto de trabalho, RG e CPF;
- 14.3.1.10. Cópia da anotação da carteira de trabalho dos empregados - CTPS;
- 14.3.1.11. Comprovante de entrega dos uniformes e crachás;
- 14.3.1.12. Ficha de Distribuição de Equipamento de Proteção Individual, devidamente preenchida e assinada por todos os empregados do serviço;
- 14.3.1.13. Termo de aceitação e conhecimento do manual de procedimentos de segurança do trabalho para empresas prestadoras de Serviços do CHU-UFPA.
- 14.3.1.14. Documentos relacionados ao gerenciamento e administração local:

a) Plano de trabalho e cronograma detalhado para execução dos serviços com a descrição pormenorizada dos métodos construtivos, equipe técnica e equipamentos a serem utilizados em cada etapa dos serviços;

b) Programa completo de acompanhamento do empreendimento, que apresente etapas/atividades detalhadas por semana, em formato MS-Project, evidenciando o caminho crítico de execução dos serviços;

c) Relação de Equipamentos Mínimos, adequados e disponíveis para a execução do serviço.

d) Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Obras Hospitalares (PGROH), conforme [Nota Técnica 05/2022 - Gerenciamento de resíduos de obras hospitalares da Rede Ebserh, versão 1](#).

e) Havendo erros, omissões ou não conformidades na documentação, a LICITANTE vencedora CONTRATADA será informada para correção. Após a verificação, os documentos serão devolvidos;

f) A equipe de fiscalização terá 05 dias úteis para avaliação da documentação apresentada a partir da data de entrega integral dos documentos listados. Não será aceita entrega parcial da documentação;

g) A data de início da execução do serviço será definida pela FISCALIZAÇÃO com a emissão da Ordem de Serviço, após a apresentação e aprovação de todos documentos necessários para execução da mesma.
- 14.3.1.15. O modelo a ser utilizado para emissão da Ordem de Serviço será o constante no Anexo V-A da IN SEGES/MPOG nº 05/2017 (ANEXO 07 - MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇO)
- 14.3.1.16. O prazo de execução estipulado para o objeto do contrato conforme o ANEXO 16 - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO (57511054) é de **9 (nove) meses**.
- 14.4. **MOBILIZAÇÃO DA EMPRESA E CANTEIRO DE OBRAS**
- 14.4.1. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela construção, operação, manutenção e limpeza do Canteiro da obra para os serviços técnicos profissionais especializados de campo, mantendo-as em bom estado de higiene, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, de modo a prevenir a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho.
- 14.4.2. A CONTRATADA terá **15 (quinze) dias corridos**, após emissão da Ordem de Serviço, como período de mobilização dos serviços. Caso a CONTRATADA não inicie efetivamente os serviços após o prazo de mobilização e montagem de canteiro, estará sujeita a penalidades conforme condições estabelecidas no contrato.
- 14.4.3. Antes do início da instalação do canteiro, a CONTRATADA deverá providenciar a locação de contêineres provisórios para uso administrativo, sanitário (banheiro) e almoxarifado, os quais serão necessários para armazenamento de materiais, ferramentas, equipamentos e para suporte da equipe técnica responsável pela montagem do canteiro de obras.
- 14.4.4. A mobilização e desmobilização dos contêineres provisórios é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- 14.4.5. A CONTRATADA terá o prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias corridos** para concluir a instalação completa do canteiro de obras, contados a partir da emissão da ordem de serviço ou documento equivalente de autorização de início.
- 14.4.6. Caso a CONTRATADA ultrapasse o prazo estabelecido para a finalização do canteiro de obras, não poderá, em hipótese alguma, transferir para a CONTRATANTE os custos adicionais decorrentes da locação dos contêineres.
- 14.4.7. A CONTRATADA deverá instalar o canteiro de obras conforme legislação vigente, normas de segurança do trabalho (NR-18, NR-10, NR-35, entre outras) e as diretrizes internas da CONTRATANTE, em local previamente autorizado.
- 14.4.8. A CONTRATADA deverá providenciar e manter todas as instalações provisórias necessárias à execução dos serviços, tais como: vestiários, áreas de convivência, escritório de apoio técnico e administrativo, sistema de coleta de resíduos, cercamento e sinalização da área, incluindo, obrigatoriamente, o cercamento de toda a área destinada à construção da subestação e da sala de geradores, de forma a garantir o isolamento e a segurança do local.
- 14.4.9. A CONTRATADA deverá assegurar que o canteiro de obras possua acesso controlado e que a movimentação de materiais, ferramentas e pessoas não comprometa o funcionamento das áreas assistenciais e administrativas da unidade hospitalar.
- 14.4.10. A CONTRATADA deverá, ainda, armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e não obstruir portas e saídas de emergência, bem como impedir acesso aos equipamentos de combate a incêndio.
- 14.4.11. O canteiro de obras deve ser mantido sempre limpo, organizado e em conformidade com boas práticas ambientais, realizando a coleta e destinação adequada dos resíduos gerados, com comprovação documental.



- 14.4.12. Apresentar plano de gerenciamento de resíduos da construção civil (PGRCC), compatível com o cronograma de execução dos serviços.
- 14.4.13. A movimentação de veículos e equipamentos pesados deve ser acompanhada por equipe capacitada e devidamente sinalizada, visando à segurança de transeuntes, pacientes e colaboradores do hospital.
- 14.4.14. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela disponibilização e manutenção de equipamentos de proteção contra incêndio no canteiro de obras, bem como pelas devidas instruções de treinamento e utilização dos mesmos em situações de emergência e organização e manutenção do correspondente esquema de prevenção e combate a incêndios.
- 14.4.15. A CONTRATADA deverá disponibilizar capacetes de segurança apropriados para uso de visitantes que eventualmente necessitem adentrar a área do canteiro, garantindo que estes estejam em conformidade com as normas regulamentadoras e em boas condições de uso.
- 14.4.16. A CONTRATADA será responsável pela organização e boa ordem dos trabalhos. Estará obrigada a observar todas as prescrições da FISCALIZAÇÃO neste sentido. Em caso de greve caberá à CONTRATADA solicitar intervenção das autoridades, se for o caso, para manutenção da ordem no canteiro e proteção dos trabalhadores dispostos a continuar o trabalho.
- 14.4.17. As instalações da CONTRATADA relativas ao Canteiro de Obras ocuparão a área a ser indicada pela FISCALIZAÇÃO;
- 14.4.18. O Canteiro de Obras da CONTRATADA deverá ser instalado de acordo com os layouts/ especificações apresentadas pela CONTRATADA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO.
- 14.4.19. As instalações do Canteiro de Obras deverão ser executadas de forma a se obter edificações de bom aspecto e deverão conter somente as edificações absolutamente necessárias para atender aos serviços previstos.
- 14.4.20. As instalações das ligações provisórias de água, energia elétrica e esgoto deverão ser planejadas e executadas pela CONTRATADA.
- 14.4.21. Os sanitários/vestiários deverão ser dimensionados segundo a NR18, respeitando-se o quantitativo de operários que trabalharão no serviço para dimensionamento dos chuveiros, vasos sanitários, lavatórios, mictórios e outros itens pertinentes.
- 14.4.22. A CONTRATADA é inteiramente responsável pelos serviços médicos, assistenciais, seguros, indenizações e demais obrigações decorrentes da legislação vigente, devidos aos empregados acidentados no canteiro.
- 14.4.23. A CONTRATADA está obrigada à plena e incondicional observância de todas as normas legais vigentes no país, assim como as Normas de Segurança. O armazenamento dos equipamentos e materiais necessários aos serviços de campo, assim como seu controle e guarda, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.
- 14.4.24. Após a conclusão dos serviços, a CONTRATADA deverá remover completamente as instalações provisórias, equipamentos e materiais do canteiro, promovendo a limpeza da área e a sua completa restituição nas condições originais ou conforme acordado com a CONTRATANTE.

14.5. **DIVERGÊNCIAS ENTRE DOCUMENTOS DO PROJETO DE ENGENHARIA**

- 14.5.1. Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos do projeto de engenharia, fica estabelecido que:
- 14.5.2. No caso de divergências de especificações e quantitativos entre os documentos técnicos apresentados no edital de licitação, prevalece as informações presentes nas pranchas dos projetos de arquitetura e engenharia, seguidos deste Projeto Básico, Orçamento e Memorial Descritivo.

14.6. **MATERIAIS E SERVIÇOS**

- 14.7. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais e equipamentos necessários, nas quantidades estimadas (quantidades estabelecidas na planilha orçamentária) e qualidades estabelecidas (Projeto Básico e Anexos), promovendo sua substituição quando necessária.
- 14.8. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais conforme especificações técnicas apresentadas no Projeto Básico, desenhos de engenharia e arquitetura, memorial descritivo, planilha orçamentária, entre outros, anexos a essa licitação.
- 14.9. A mão de obra e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, devem ser aplicados de forma a serem integralmente cumpridos os prazos do cronograma contratual.
- 14.10. Quanto a qualidade, os materiais deverão obedecer estritamente as especificações constantes no Memorial descritivo anexo ao presente Projeto Básico, e na falta de especificações neste, obedecerão as especificações do orçamento.
- 14.10.1. Os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos, de primeira qualidade e obedecer às especificações do presente documento, as normas da ABNT no que couber e, na falta destas ter suas características reconhecidas em certificados ou laudos emitidos por laboratório tecnológico idôneo;
- 14.10.2. Todos os equipamentos a serem fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso e não descontinuados pelo fabricante, não sendo admitidos em hipótese alguma equipamentos recondicionados.
- 14.10.3. Fica expressamente vedada à CONTRATADA a retirada de quaisquer materiais, ferramentas ou equipamentos do canteiro de obras sem a prévia autorização da equipe de fiscalização da CONTRATANTE.
- 14.10.4. Todos os cabos elétricos fornecidos e instalados deverão ser certificados e registrados no INMETRO, conforme regulamentação vigente, sendo vedado o uso de cabos sem a devida conformidade legal. A CONTRATADA deverá apresentar os respectivos certificados de conformidade e registros junto ao INMETRO antes da aquisição.
- 14.10.5. Quando as circunstâncias ou condições peculiares do local o exigirem será facultada a substituição de materiais especificados por outros equivalentes mediante prévia e expressa autorização da FISCALIZAÇÃO, para cada caso em particular. A CONTRATADA deverá apresentar por escrito os motivos da substituição e um orçamento comparativo.
- 14.10.6. A execução dos serviços obedecerá rigorosamente ao projeto em sua forma, dimensões, concepção arquitetônica e ao presente documento. **Observação importante: antes da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá conferir as condições e as medidas no local do serviço tendo por base o projeto executivo.**
- 14.10.7. A empresa CONTRATADA é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante às disposições contidas na NR 6 – Equipamento de Proteção Individual EPI.
- 14.10.8. A metodologia da execução dos serviços está registrada no Memorial descritivo. O CHU-UFPA avaliará sugestão de alteração de metodologia proposta pela empresa, que não deverá ocorrer em nenhum ônus ao CHU-UFPA.

14.11. **DIÁRIO DE OBRAS**

- 14.11.1. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente fornecer o Diário de Obras em formato digital, disponibilizado por meio de sistema eletrônico, desde que permita o controle sequencial das informações e a devida assinatura eletrônica das partes envolvidas.
- 14.11.2. O Diário de Obras, fornecido pela CONTRATADA, deve estar à disposição permanentemente da FISCALIZAÇÃO do contrato e deve ser registrado, diariamente:
- 14.11.2.1. As informações do andamento dos serviços, contemplando no mínimo:
- número de funcionários e de equipamentos;
  - condições de trabalho, condições meteorológicas;
  - serviços executados;
  - registro de ocorrências; e
  - fatos relacionados, bem como os comunicados à FISCALIZAÇÃO e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

- 14.11.2.2. As ordens, observações e informações da FISCALIZAÇÃO;
- 14.11.2.3. Observações e comunicações da CONTRATADA;
- 14.11.2.4. As folhas do Diário serão numeradas seguidamente e deverão conter os nomes da CONTRATADA e do CHU UFPA, o número do Contrato, o número do Diário e a data das anotações, e deverão ser rubricadas diariamente pela CONTRATADA através do responsável técnico e pela FISCALIZAÇÃO.
- 14.11.2.5. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente fornecer o Diário de Obras em formato digital, disponibilizado por meio de sistema eletrônico, desde que permita o controle sequencial das informações e a devida assinatura eletrônica das partes envolvidas.

14.12. **EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA DA CONTRATADA**

- 14.12.1. A CONTRATADA deve possuir **Responsável Técnico** junto ao CREA e/ ou CAU e possuir equipe técnica multidisciplinar com profissionais habilitados e experientes nas suas áreas de atuação.
- 14.12.2. A CONTRATADA deverá possuir uma equipe técnica mínima compatível com a natureza e complexidade do objeto, composta, no mínimo, por:
- **01 (um)** profissional legalmente habilitado para a responsabilidade técnica dos **serviços de engenharia elétrica**, podendo ser **Engenheiro Eletricista**, devidamente registrado no CREA, nos termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e das Resoluções nº 218/1973 e nº 1.073/2016, ambas do CONFEA, ou normas que venham a substituí-las;
  - **01 (um)** profissional legalmente habilitado para a responsabilidade técnica dos **serviços de engenharia civil ou arquitetura**, podendo ser **Engenheiro Civil**, registrado no CREA, ou **Arquiteto e Urbanista**, registrado no CAU, conforme a legislação profissional vigente;
  - **01 (um) Técnico de Segurança do Trabalho**, legalmente habilitado e registrado no órgão competente, conforme normas do Ministério do Trabalho e Emprego, responsável pelo acompanhamento das condições de segurança e saúde no trabalho durante a execução dos serviços.
- 14.12.3. O componente da equipe técnica deverá possuir, obrigatoriamente, experiência no exercício de idêntica função, comprovado por meio de certidão de acervo técnico emitida pelo conselho de classe.
- 14.12.4. Enquadramento da categorias profissional que será empregada no serviço dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):

Código CBO	Título
<b>2142 / 2141</b>	<b>Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista</b>
2142-05	Engenheiro Civil, ou
2142-15	Engenheiro Civil (edificações), ou
2141-05	Arquiteto de edificações.
<b>2143-05</b>	<b>Engenheiro Eletricista</b>
<b>3516-05</b>	<b>Técnico em Segurança do Trabalho</b>

- 14.12.5. A exigência de uma equipe técnica mínima composta por um Engenheiro Civil ou Arquiteto, um Engenheiro Eletricista e um Técnico em Segurança do Trabalho é fundamentada na complexidade e nas características multidisciplinares dos serviços, objeto deste Projeto Básico. Cada um desses profissionais desempenha um papel necessário e obrigatório na execução do empreendimento. Tal exigência justifica-se pela necessidade de integrar as diversas especialidades envolvidas, com o objetivo de garantir a qualidade, segurança e durabilidade dos serviços, bem como o atendimento às normas técnicas específicas de cada área. Estes profissionais deverão registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto aos Conselhos de classes correspondentes, assegurando que a execução do projeto atenda aos requisitos legais e normativos. Portanto, a exigência da equipe técnica mínima não só é necessária para garantir a segurança e funcionalidade dos serviços, como também é uma exigência regulatória e de boas práticas. A ausência de qualquer desses profissionais, na condição de responsáveis técnicos, poderia comprometer a execução adequada do projeto, resultando em falhas estruturais, elétricas e de segurança com impactos negativos sobre os custos, prazos e segurança dos serviços.
- 14.12.6. A CONTRATADA alocará para a direção do canteiro, **01 (um) Engenheiro Eletricista ou 01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto, durante todo o período de execução dos serviços**. Enquanto qualquer serviço contratado estiver sendo executado, a qualquer hora, deverá estar presente um responsável técnico.
- 14.12.7. O CHU-UFPA poderá exigir da CONTRATADA a substituição do Engenheiro ou Arquiteto residente, desde que verifique falhas que comprometam a estabilidade e a qualidade do empreendimento, inobservância dos respectivos projetos e das especificações constantes do Memorial descritivo, bem como atrasos parciais do cronograma físico detalhado no MS-PROJECT que impliquem prorrogação do prazo final do serviço;
- 14.12.8. O profissional alocado pela CONTRATADA deverá efetuar além dos serviços de acompanhamento diário da execução dos serviços, o acompanhamento das inspeções realizadas pela FISCALIZAÇÃO;
- 14.12.9. A CONTRATADA deverá emitir e entregar a Anotação de Responsabilidade Técnica/ Registro de Responsabilidade Técnica junto ao conselho responsável pela execução dos serviços contratados;
- 14.12.10. O CHU-UFPA poderá exigir da CONTRATADA a substituição de qualquer profissional do canteiro de obras desde que verificada a sua incompetência para execução das tarefas, bem como apresentar hábitos de conduta nociva a boa administração do canteiro. A substituição de qualquer profissional será processada, no máximo, 48 horas após a comunicação, por escrito, da FISCALIZAÇÃO.

14.13. **PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO**

- 14.13.1. O prazo máximo para a conclusão dos serviços especificados neste Projeto Básico será de **9 (nove) meses**, a contar da emissão da Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE e, portanto, a LICITANTE vencedora contratada deverá dimensionar a equipe visando cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro.
- 14.13.2. Os prazos e etapas para conclusão e entrega dos serviços, descritos no cronograma de execução constante deste Projeto Básico, somente poderão ser prorrogados na ocorrência dos motivos elencados no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH, de 28/04/2022 e lei 13.303/2016.

14.14. **NORMAS**

- 14.14.1. Para a prestação dos Serviços Contratados neste escopo, a CONTRATADA deverá atender as normas da ABNT conforme Lei 4.150 de 1962, ou Normas Estrangeiras pertinentes, além das legislações de âmbito federal, estadual, e municipal vigentes, incluindo-se as de caráter ambiental e de preservação e proteção cultural.
- 14.14.2. Na inexistência de Normas Nacionais correspondentes, sempre com a aprovação da CONTRATANTE, poderão ser aceitas outras Normas de reconhecida autoridade, que possam garantir o grau de qualidade desejado.
- 14.14.3. Não é obrigação da CONTRATANTE o fornecimento de qualquer norma ou legislação, exceto suas Normas Internas, as quais a CONTRATANTE também ficará submetida durante a realização dos serviços.

14.15. **PRESERVAÇÃO DE PROPRIEDADES ALHEIAS**

14.15.1. A CONTRATADA deverá tomar cuidado na execução do serviço, para evitar prejuízos, danos ou perdas, em benfeitorias existentes, serviços, propriedades adjacentes ou outras propriedades de qualquer natureza.

14.15.2. A CONTRATADA será responsável por qualquer prejuízo, dano ou perda a propriedades que resulte de suas operações.

14.15.3. A CONTRATADA deverá reparar, substituir ou restaurar qualquer bem ou propriedade que for prejudicada, ou julgada danificada ou perdida, de maneira a readquirir condição tão boa quanto a anterior. A CONTRATADA executará reparos de quaisquer elementos danificados conforme determinações da CONTRATANTE. Caso estas providências não sejam efetuadas pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá, por sua livre escolha, fazer com que a reparação, substituição, restauração ou conserto seja executado por terceiros, caso em que as despesas daí advindas serão deduzidas dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

14.15.4. A CONTRATADA deve tomar o devido cuidado em localizar quaisquer construções, obras ou benfeitorias que possam afetar suas operações, quer constem ou não nos documentos fornecidos na licitação.

14.15.5. A CONTRATADA deverá fazer previsão de seguros para garantia dos bens que possam ser afetados pelos serviços de campo que vier a realizar.

14.15.6. A responsabilidade da CONTRATADA estende-se às ações praticadas por suas subcontratadas na execução de qualquer serviço.

14.16. **QUALIDADE E GARANTIA**

14.16.1. A liberação dos projetos pela CONTRATANTE não desobrigará a CONTRATADA de sua plena responsabilidade com relação à sua implantação, incluindo quaisquer fatos que venham impossibilitar, prejudicar ou retardar a execução dos serviços, submetendo-a à todas as penalidades da legislação em vigor.

14.16.2. O empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de 5 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo (art. 618, caput, do Código Civil).

14.16.3. A EBSERH, enquanto dona dos serviços, decairá deste direito se não propuser a ação contra o empreiteiro, nos 180 (cento e oitenta) dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito (art. 618, parágrafo único, do Código Civil).

14.16.4. O início da garantia quinquenal coincide com a data de recebimento dos serviços.

14.16.5. Os serviços e materiais de que trata o objeto da contratação, quando não relacionados à solidez e segurança do trabalho, deverão possuir garantia mínima conforme prazos dispostos na Norma ABNT NBR 17170 ou norma superveniente que vier a substituí-la.

14.16.6. Conforme art. 156 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH, versão 2.0, o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à EBSERH, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo.

14.16.7. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços objeto do Edital e seus anexos, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a CONTRATANTE.

15. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

15.1. **A CONTRATADA não poderá, em nenhuma hipótese, alegar como justificativa para atrasos na execução dos serviços, prorrogação de prazos ou descumprimento de cronograma o fato de a unidade hospitalar estar em pleno funcionamento, uma vez que tal condição é conhecida, permanente e previamente considerada na definição das condições de execução, devendo ser integralmente contemplada no planejamento, no dimensionamento da equipe, na logística e no cronograma físico financeiro dos serviços.**

15.2. A demanda do órgão tem como base a seguinte característica:

15.2.1. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente os períodos permitidos para execução das atividades, conforme definido a seguir:

a) **Serviços internos aos blocos do HUBFS**, relacionados à instalação de infraestrutura de sistema de combate a incêndio, infraestrutura de sistema de detecção e alarme de incêndio, infraestrutura de sistema de iluminação de emergência ou outro serviço previamente definido pela equipe de fiscalização, deverão ser executados, preferencialmente, aos  **finais de semana**, no horário das  **7h às 17h**, e/ou  **no período noturno**, de segunda a sexta-feira, no horário das  **22h às 5h**, conforme cronograma previamente aprovado pela fiscalização, com o objetivo de não interferir no funcionamento das atividades assistenciais e administrativas da unidade hospitalar. Excepcionalmente, tais serviços poderão ser realizados em dias de semana, desde que previamente solicitados ou autorizados pela equipe de fiscalização.

b) **Serviços externos aos blocos do HUBFS**, tais como a instalação do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) ou outro serviço previamente definido pela equipe de fiscalização, deverão ser executados, preferencialmente,  **em dias úteis (de segunda a sexta-feira), no horário das 7h às 17h**, correspondente ao expediente regular do hospital, considerando que essas atividades se darão em áreas externas às edificações assistenciais. Excepcionalmente, tais serviços poderão ser executados em finais de semana, desde que previamente solicitados ou autorizados pela equipe de fiscalização.

c) Eventuais necessidades de alteração ou ampliação da jornada padrão estabelecida, desde que devidamente justificadas, **deverão ser previamente autorizadas pela fiscalização da CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e acordadas por meio de registro formal.

15.3. A LICITANTE deverá considerar rigorosamente essas condições operacionais e restrições de cronograma durante a elaboração da proposta, contemplando os recursos humanos e logísticos necessários para atender aos prazos e horários especificados, sob pena de desclassificação por proposta inexecutável ou inadequada.

15.4. A LICITANTE, ao apresentar sua proposta, deverá declarar (ANEXO 10 - DECLARAÇÃO SOBRE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NO FINAL DE SEMANA OU PERÍODO NOTURNO) expressamente que analisou e considerou todas as condições específicas de jornada de trabalho estabelecidas neste Projeto Básico, comprometendo-se a dimensionar adequadamente sua equipe, recursos e cronograma de execução, de modo a assegurar o pleno cumprimento das exigências contratuais sem prejuízo à continuidade dos serviços da unidade hospitalar.

16. **APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

16.1. A LICITANTE deverá apresentar os custos orçados no ato da apresentação da proposta, em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução dos serviços, incluindo, também, a mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais necessários, despesas tais como impostos, aprovações, relatórios, programas, taxas, seguros, garantias, ARTs/RRTs, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, mobilização e desmobilização, instalação e manutenção do canteiro de obras, lucros, manual do usuário, EPIs, pessoal e equipamentos necessários ao planejamento gerencial das atividades nos canteiros de obras e quaisquer outras despesas pertinentes e necessárias. A proposta de preços deverá conter no mínimo os itens descritos a seguir:

- a) Orçamento Resumo,
- b) Orçamento Sintético,
- c) Orçamento Analítico - Composição de custos unitários,
- d) Memória de composição do BDI,
- e) Cronograma Físico-Financeiro,
- f) Prazo para a execução dos serviços: 9 (nove) meses,
- g) Prazo de vigência do contrato: 12 (doze) meses,
- h) Apresentação dos documentos exigidos para habilitação,
- i) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação,
- j) Nome e CPF do representante legal da LICITANTE,

- k) ANEXO 01 – DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE RESPONSÁVEL TÉCNICO,
- l) ANEXO 02 ou ANEXO 03 - DECLARAÇÃO DE VISTORIA ou DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA,
- m) ANEXO 04 - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO PROJETO BÁSICO E SEUS ANEXOS,
- n) ANEXO 08 - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO, EQUIPAMENTOS E MATERIAL,
- o) ANEXO 09 - DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E FINANCEIRA,
- p) ANEXO 10 - DECLARAÇÃO SOBRE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NO FINAL DE SEMANA OU PERÍODO NOTURNO,
- q) Outros documentos relacionados no Projeto Básico.

16.2. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura da Sessão Pública.

16.3. As planilhas de orçamento propostas pelas LICITANTES deverão ser entregues tanto assinadas e digitalizadas quanto em arquivo eletrônico Microsoft Excel editável (planilhas não bloqueadas).

16.4. A planilha de quantitativos e o cronograma físico anexados a este Projeto Básico são referências para elaboração da proposta pelo LICITANTE. **Não será aceita proposta em que houver alteração nas especificações ou quantidades das planilhas**, cabendo às LICITANTES preencher e/ou alterar apenas os preços unitários que compõem o preço global do orçamento.

16.5. Havendo discordância em qualquer uma das peças, a LICITANTE deverá entrar com pedido de esclarecimentos ou impugnação.

16.6. A composição do BDI deverá ser detalhada e pormenorizada na Proposta de preços da empresa, indicando os valores que o constituem, não sendo suficiente sua simples indicação na planilha orçamentária e deverão ser usados os parâmetros do TCU conforme preconiza no Acórdão 2.622/2013 na definição dos limites máximo e mínimo.

## 17. ACEITABILIDADE DE PREÇOS

17.1. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.1.1. O critério de julgamento da proposta será o maior desconto;

17.1.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Contenham vícios insanáveis,
- b) Não obedeam às especificações técnicas previstas no Projeto Básico,
- c) Apresentem preço manifestamente inexequível ou permaneçam acima do orçamento estimado para a contratação,
- d) Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo CONTRATANTE,
- e) Apresentem desconformidade com quaisquer outras exigências do Projeto Básico, desde que insanáveis,
- f) A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

17.2. Considerar-se-ão inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a setenta por cento (70%) do menor dos seguintes valores:

- a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a cinquenta por cento (50%) do valor do orçamento estimado pela CONTRATANTE; ou
- b) Valor do orçamento estimado pela CONTRATANTE.

## 18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Nos termos do RLCE, será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

18.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação abaixo discriminada:

- a) Instalação de Sistema de Combate à Incêndio;
- b) Instalação de Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio;
- c) Instalação de Sistema de Iluminação de Emergência;
- d) Instalação de Sistema de Proteção contra Descarga Atmosféricas.

18.1.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

- a) Serviços de Recomposição de Paredes, Forros e Pisos;
- b) Serviços de escavação;
- c) Serviços de Pintura.

18.1.3. A subcontratação dos serviços, depende de autorização prévia por parte da CONTRATANTE, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista;

18.1.4. A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

18.2. A empresa subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de qualificação técnica impostas a CONTRATADA.

18.3. Somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

18.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

18.5. A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre a EBSERH e a CONTRATADA, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre EBSERH e as empresas subcontratadas, inclusive no que se refere à medição e ao pagamento direto à subcontratada.

18.6. É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado:

18.6.1. Do procedimento licitatório do qual se originou a contratação;

18.6.2. Direta ou indiretamente, da elaboração de projeto básico ou executivo.

## 19. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

19.1. Será permitida a participação de consórcio de empresas mediante a observância das seguintes exigências:

- 19.1.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- 19.1.2. Indicação de empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a EBSERH;
- 19.1.2.1. A empresa-líder do consórcio será a responsável pela obtenção da senha de acesso junto ao Provedor do Sistema, ficando responsável pela oferta dos lances durante o certame, em nome do consórcio;
- 19.1.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- 19.1.4. Impedimento, na mesma licitação, de participação de empresa consorciada, isoladamente ou por meio de mais de um consórcio;
- 19.1.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Seleção de Fornecedor quanto na de Gestão do Contrato;
- 19.1.6. Habilitação técnica, quando exigida, por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, por meio do somatório dos valores de cada consorciado;
- 19.1.6.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 19.1.7. Constituição e registro do consórcio, antes da celebração do contrato;
- 19.1.8. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela EBSERH e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de capacidade econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.

## 20. **ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA CONTRATADA**

20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 21. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### 21.1. **DOS CRITÉRIOS GERAIS DE PARTICIPAÇÃO:**

21.1.1. Poderão participar desta licitação quaisquer empresas que comprovarem possuir os requisitos mínimos de qualificação e habilitação exigidos neste tópico e cujo objeto social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, especifique atividade pertinente e compatível com o objeto deste certame.;

21.1.2. As empresas interessadas em participar do certame devem estar com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018, por meio do site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br);

21.1.3. A CONTRATADA deverá apresentar declaração de que não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 69 e 124 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH, versão 2.0 (RLCE 2.0).

21.1.4. As empresas do ramo deverão estar em situação de regularidade perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, bem como comprovar que atendem às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira. Os documentos que constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF poderão deixar de ser apresentados.

21.1.5. Para participar da licitação as empresas interessadas deverão satisfazer as condições expressas neste Projeto Básico, e na legislação específica que rege a matéria, bem como apresentar:

- a) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações ocorridas até a data de envio da documentação.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- c) Caso a empresa seja considerada isenta dos tributos municipais relacionados ao objeto da licitação, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Declaração, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal.
- e) Declaração sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo da licitação, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

21.1.6. A Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

21.1.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

21.1.8. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

21.1.9. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

### 21.2. **DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

21.2.1. Os documentos a serem apresentados para a comprovação da habilitação jurídica são os seguintes:

- 21.2.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 21.2.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site eletrônico [www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](http://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);
- 21.2.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

- 21.2.1.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 21.2.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 21.2.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 21.2.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

21.3. **DA HABILITAÇÃO FISCAL, SEGURIDADE SOCIAL E TRABALHISTA:**

- 21.3.1. Os documentos a serem apresentados para a comprovação da habilitação fiscal, seguridade social e trabalhista são os seguintes:
- 21.3.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 21.3.1.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 21.3.1.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 21.3.1.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 21.3.1.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452/1943;
- 21.3.1.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

21.4. **DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- 21.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 21.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 21.4.2.1. Aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:
- a)  $LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$ ;
- b)  $SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$ ;
- c)  $LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$ .
- 21.4.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- 21.4.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;
- 21.4.2.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 21.4.2.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 21.4.3. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada para a contratação ou item pertinente.

21.5. **DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

- 21.5.1. Para fins de habilitação das propostas, o proponente deverá, conforme Artigo 65, inciso III do RLCE, comprovar que possui aptidão para o desempenho das atividades atinentes a este Projeto Básico de maneira compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, bem como emitir declaração de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado para a realização do objeto desta licitação conforme modelo apresentado no ANEXO 08 - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO, EQUIPAMENTOS E MATERIAL;
- 21.5.2. Quanto à **qualificação técnica-operacional**, o licitante deverá apresentar:
- 21.5.2.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico;
- 21.5.2.2. Um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução dos serviços de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, nas seguintes quantidades:

SERVIÇOS	QUANTIDADE PREVISTA NO ORÇAMENTO BASE	QUANTITATIVO MÍNIMO
Execução de instalações de sistema de combate à incêndio	4.414,39 m²	2.207,195 m²
Execução de instalações de sistema de detecção e alarme de incêndio	4.414,39 m²	2.207,195 m²
Execução de instalações de sistema de iluminação de emergência	4.414,39 m²	2.207,195 m²
Execução de instalações de sistema de proteção contra descargas atmosféricas	4.414,39 m²	2.207,195 m²

- a) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

- b) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior. Ressalta-se a importância de no atestado constar a data da sua assinatura e a data de vigência (início e duração) do contrato a que ele se referir;
- c) A comprovação da capacidade técnico-operacional poderá ser realizada através do somatório de atestados;
- d) Todos os atestados apresentados deverão conter, obrigatoriamente, a especificação dos serviços executados, o nome e cargo do declarante;
- e) Poderão ser exigidas cópias dos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado nos atestados;
- f) O LICITANTE disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados/certidões apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

- 21.5.2.3. Os quantitativos exigidos para comprovação de capacidade operacional representam no máximo 50% (cinquenta por cento) da respectiva quantidade total de que se pretende executar.
- 21.5.2.4. Para a comprovação de aptidão para desempenho das atividades técnicas em que o edital permite a subcontratação, conforme item 18, serão aceitos atestados relativos a potencial subcontratado desde que apresentada uma declaração de anuência assinada pela potencial subcontratada.
- 21.5.2.5. A utilização de atestados de potencial subcontratado para fins de comprovação da qualificação técnica ficará limitada ao percentual máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, de modo que a aptidão técnico-operacional preponderante deverá ser comprovada diretamente pelo licitante, vedada a substituição integral ou predominante de sua capacidade técnica por terceiros.
- 21.5.2.6. A subcontratada indicada poderá ser substituída no decorrer da execução contratual, desde que previamente autorizada pela Administração e desde que sejam apresentados novos atestados que comprovem experiência técnica equivalente ou superior, respeitado, em qualquer hipótese, o limite percentual estabelecido para a subcontratação.
- 21.5.2.7. Nos atestados de serviços executados em consórcio serão considerados, para comprovação dos quantitativos, os serviços executados pela LICITANTE, que estejam discriminados separadamente no atestado técnico para cada participante do consórcio.
- 21.5.2.8. Se as quantidades de serviços não estiverem discriminadas no corpo da certidão/atestado, serão considerados os quantitativos comprovados pelos atestados na proporção da participação da LICITANTE na composição inicial do consórcio.
- 21.5.2.9. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, deverá ser juntada à cópia do termo de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados;
- 21.5.2.10. Para a comprovação de aptidão para desempenho das atividades técnicas objeto deste contrato, será aceita a soma de quantitativos de atestados em documentos diversos a fim de se alcançar o mínimo da regra estabelecida no item 21.5.2.2;
- 21.5.2.11. Considerando que é permitida a participação de consórcio de empresas, será exigida a demonstração, pelo consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos no Edital, com o acréscimo de 10%, para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação.
- 21.5.2.12. A habilitação técnico-operacional também poderá ser comprovada mediante a apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO) nos termos dos arts. 53 a 57 da Resolução CONFEA n.º 1.137/2023.

21.5.3. Quanto à **qualificação técnica-profissional**, o LICITANTE deverá apresentar:

- 21.5.3.1. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme ANEXO 08 - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO, EQUIPAMENTOS E MATERIAL.
- 21.5.3.2. Apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT com registro de atestado, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

SERVIÇOS
Apresentação de CAT de profissional habilitado para execução de instalações de sistema de combate à incêndio
Apresentação de CAT de profissional habilitado para execução de instalações de sistema de detecção e alarme de incêndio
Apresentação de CAT de profissional habilitado para execução de instalações de sistema de iluminação de emergência
Apresentação de CAT de profissional habilitado para execução de instalações de sistema de proteção contra descargas atmosféricas

- 21.5.3.3. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica dos serviços acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.
- 21.5.3.4. Para a comprovação de aptidão do profissional para desempenho das atividades técnicas passíveis de subcontratação, conforme item 18, serão aceitos os documentos comprobatórios de experiência e habilitação profissional de profissional vinculado a potencial subcontratada, desde que tais atividades estejam compreendidas no limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto passível de subcontratação.
- 21.5.3.5. A comprovação da qualificação técnica dos profissionais vinculados a potenciais subcontratados não exime o licitante da demonstração de que possui, em seu próprio quadro técnico, profissionais e experiência compatíveis com a execução da parcela principal e preponderante do objeto contratado.
- 21.5.3.6. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem, deverão ser indicados como responsáveis técnicos da execução dos serviços, contudo, poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela EBSERH.

21.5.4. As LICITANTES, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram executadas os serviços de engenharia ou de técnica industrial. Destaca-se que eventuais Certidões de Atividades em Andamento devem ser acompanhadas de documentação suficiente para aferir os serviços executados, inclusive em relação às suas quantidades.



22.1. A vistoria é recomendada para que todos os LICITANTES possuam pleno conhecimento do local e das condições de execução dos serviços no momento da elaboração de sua proposta técnica-comercial. Desta forma, serão mitigadas as chances de ocorrerem eventuais erros na elaboração do orçamento e/ou pedidos de aditivos contratuais decorrentes de alegações sobre o desconhecimento do local.

22.2. A LICITANTE deverá apresentar a DECLARAÇÃO DE VISTORIA, constante no ANEXO 02, já redigida para que o representante da Administração possa assiná-la.

22.3. No ato da vistoria, a LICITANTE deve se inteirar das condições e do grau de dificuldade dos serviços, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento dos mesmos.

22.4. O endereço de vistoria é o Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, situado na Rua Augusto Corrêa, 01, bairro Guamá, Belém/PA, CEP 66075-110, no horário de 08 às 12h e das 14 às 17h, de segunda a sexta-feira. O agendamento da vistoria deverá ser realizado com a Chefia do Setor de Infraestrutura Física do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, ou outro (a) funcionário (a) por ele designado (a), pelo email: [sif.chu-ufpa@ebserh.gov.br](mailto:sif.chu-ufpa@ebserh.gov.br).

22.5. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até no máximo 10 dias anteriores à data prevista para abertura da licitação.

22.6. Todas as despesas decorrentes da vistoria, a exemplo de deslocamentos, hospedagens, alimentação, serão responsabilidades da LICITANTE.

22.7. Para a vistoria, o LICITANTE ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

22.8. Recomenda-se que a vistoria seja realizada por profissionais devidamente registrados no CREA ou CAU e autorizado pelo responsável técnico indicado pela empresa como responsável pelos serviços, caso não seja o próprio responsável técnico quem realize a vistoria.

22.9. Faculta-se à empresa, a substituição da Declaração de Vistoria por uma Declaração formal, assinada pelo representante responsável da empresa, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaria para quaisquer questionamentos futuros que ensejassem avenças técnicas ou financeiras - conforme ANEXO 03 - DECLARAÇÃO DE DISPENSA REALIZAÇÃO DE VISTORIA, deste Projeto Básico.

22.10. A empresa que optar pela NÃO realização da vistoria, vindo a ser vencedora, não poderá alegar em nenhuma hipótese o desconhecimento dos locais da realização dos serviços e suas peculiaridades, como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

## 23. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

### 23.1. **DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

23.1.1. DOS REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO: Nos serviços, a Equipe de Fiscalização do Contrato será designada pela Superintendência do CHU-UFPA, após recomendação da Comissão de Obras do CHU-UFPA, quando constituída, ou da Gerência Administrativa, devendo ser composta por no mínimo os seguintes membros, com os respectivos substitutos:

23.1.1.1. A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por:

- I - Fiscal Administrativo;
- II - Fiscal Técnico de Controle de Infecções Hospitalares;
- III - Fiscal Técnico de Segurança no Trabalho;
- IV - Fiscal Técnico (podendo ser mais de um, a depender da complexidade dos serviços e da qualificação técnica dos colaboradores);
- V - Gestor do Contrato.

23.1.2. DO REGIMENTO GERAL DE GESTÃO DO CONTRATO: A gestão do contrato ocorrerá conforme **Diretrizes para Contratação e Fiscalização de obras da Rede EBSEH - Volumes 1, 2 e 3.**

23.1.3. A equipe de fiscalização contratual e a empresa CONTRATADA utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: diário de obras, atas de reuniões, reuniões presenciais de trabalho com o preposto, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, relatório do gestor, ofícios e notificações, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a formalização devida.

23.1.4. Compete à equipe de gestão e fiscalização do contrato acompanhar o contrato com os seguintes procedimentos:

- a) Verificar se os projetos estão sendo cumpridos e se os materiais são compatíveis com suas especificações e requisitos de funcionamentos;
- b) Analisar e decidir sobre proposições da LICITANTE vencedora CONTRATADA que visem melhorar a execução do serviço;
- c) Informar e documentar a autoridade competente qualquer infração contratual por parte da LICITANTE vencedora CONTRATADA, recomendando aplicação de multas ou outras penalidades no contrato.

### 23.2. **DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

23.2.1. Os serviços/materiais serão medidos conforme executados e de acordo com o cronograma físico financeiro detalhado, entregue pela CONTRATADA e formalmente aceito na proposta de preços.

23.2.2. Tratando-se de regime de execução por Preço Unitário, as medições serão realizadas mensalmente, considerando as unidades de serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, e os pagamentos far-se-ão mediante a multiplicação das quantidades executadas pelos seus respectivos preços unitários, em conformidade com o ANEXO 12 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA MODELO PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA para proposta, respeitada a rigorosa correspondência com os projetos e modificações expressas e previamente aprovadas pela CONTRATANTE.

23.2.3. A medição do item “Administração Local”, conforme recomendação do Acórdão nº. 2.369/2011 – Plenário/TCU, será feito na proporção da execução financeira dos serviços em conformidade referencial com o ANEXO 12 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA MODELO PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA para proposta, de forma a garantir que os serviços terminem concomitantemente proporcional ao percentual de pagamento de 100% da parcela de administração local. Busca-se com esse critério que a CONTRATADA tome as medidas cabíveis para resguardar o ritmo programado dos serviços, já que não será beneficiada com aditivos de valor por motivo de prorrogação de prazo em decorrência de atrasos pelos quais possa vir a dar causa.

23.2.4. A medição dos equipamentos de apoio à execução dos serviços, presentes na planilha orçamentária, que forem LOCADOS, deverão ser medidos conforme a evolução física financeira dos serviços a eles vinculados de forma similar ao item 23.2.3.

23.2.5. Os boletins de medição dos serviços executados deverão ser apresentados pela CONTRATADA em até **30 (trinta)** dias após o término do mês vigente devidamente acompanhado de memória de cálculo de cada um dos serviços medidos.

23.2.6. A Fiscalização terá **5 (cinco)** dias úteis para a avaliação (aprovação/contestação) da medição apresentada.

23.2.7. Em momento anterior à emissão da Nota Fiscal para pagamento e como condição indispensável para emissão do ateste, a CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal técnico designado a prévia da medição contendo os produtos gerados dos serviços executados e os valores a serem pagos, de acordo com as quantidades efetivamente medidas.

23.2.8. A CONTRATADA deverá elaborar o Relatório de Execução dos Serviços (MINUTA de Medição) relativo à cada um dos períodos de medição, informando todos os serviços executados durante o período, incluindo ainda, no mínimo:

23.2.8.1. Quantitativos de cada um dos serviços executados;

23.2.8.2. Memorial de cálculo dos quantitativos dos serviços executados;

- 23.2.8.3.

Valores unitários e totais;
- 23.2.8.4.

Registro fotográfico do antes e depois dos serviços constantes nas faixas A e B da curva ABC do orçamento;
- 23.2.8.5.

Registro fotográfico geral dos serviços;
- 23.2.8.6.

Relatório Diário de Obra do período de medição;
- 23.2.8.7.

Laudos e resultados de ensaios e testes executados no período da medição, conforme normas ABNT NBR e legislação vigente, quando aplicável;
- 23.2.8.8.

Registro de levantamentos, cálculos e gráficos necessários a discriminação e determinação dos serviços efetivamente executados.
- 23.2.9.

Para a quantificação e aferição dos serviços, serão utilizados os critérios e metodologias expressas no instrumento convocatório. Em caso de omissões, poderão ser utilizados os manuais e normativas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) ou outra bibliografia de referência que se aplique ao caso concreto.
- 23.2.10.

Para fins de obtenção de ateste da Nota fiscal, deverão ser apresentados os seguintes documentos, no que couber:
- 23.2.10.1.

Planilha de Medição aprovada;
- 23.2.10.2.

Diário de obra do período devidamente assinado por ambas as partes;
- 23.2.10.3.

Relatório fotográfico dos serviços efetivamente executados;
- 23.2.10.4.

Notas fiscais dos materiais e equipamentos entregues no período, quando aplicável;
- 23.2.10.5.

Entrega parcial do **As Built**;
- 23.2.10.6.

Comprovantes de destinação dos resíduos;
- 23.2.10.7.

Curva do avanço físico-financeiro;
- 23.2.10.8.

Cronograma dos serviços atualizado mantendo-se sempre congelada a linha de base original;
- 23.2.10.9.

Contratos de trabalho (apenas quando da realização do 1º pagamento feito a cada empregado);
- 23.2.10.10.

Folha de pagamento;
- 23.2.10.11.

GPS (INSS);
- 23.2.10.12.

SEFIP e GFIP (FGTS);
- 23.2.10.13.

Guias de contribuição sindical;
- 23.2.10.14.

Recibos de pagamento, individual e por função;
- 23.2.10.15.

Recibos de vales refeição e transporte;
- 23.2.10.16.

Cartões/registro ponto;
- 23.2.10.17.

Rescisões de contratos de trabalho, quando for o caso;
- 23.2.10.18.

Outros, quando solicitado pelo fiscal administrativo designado para o acompanhamento dos serviços;
- 23.2.11.

A CONTRATANTE informará ao representante da CONTRATADA o valor correto para emissão da Nota Fiscal;
- 23.2.12.

A liberação do pagamento das medições estará condicionada a total conformidade com as exigências referentes à Segurança e Saúde Ocupacional.
- 23.2.13.

A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

23.3.

DA MEDIÇÃO FINAL

- 23.3.1.

A liberação do pagamento da medição final está vinculada a:

a)

Entrega dos laudos/relatórios técnicos, incluindo testes e comissionamento, dos serviços executados, objeto desta contratação;

b)

Entrega dos certificados de garantia de todos os equipamentos instalados, anexado à respectiva Nota Fiscal de compra (ou cópia autenticada) do Material, quando adquiridos pela CONTRATADA;

c)

Apresentação dos **projetos “AS BUILT”**, acompanhados do relatório fotográfico, com fotos numeradas e identificando o local das alterações destes pontos no respectivo projeto;

d)

Todas as outras exigências apresentadas neste projeto básico, plantas e memoriais descritivos.

23.4.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

- 23.4.1.

O IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. Assim, o IMR tem por objetivo garantir que as etapas/entregas sejam emitidas e aprovadas no prazo e qualidade estipulados pela CONTRATADA;
- 23.4.2.

A medição de cada período estará sujeita a ajustes do Instrumento de Medição do Resultado - IMR de prazo e qualidade instituído neste projeto básico, conforme apurado pela fiscalização;
- 23.4.3.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;
- 23.4.4.

A CONTRATADA, quando autorizada, emitirá as notas fiscais observando os devidos ajustes definidos pelo IMR;
- 23.4.5.

Os Indicadores previstos estão detalhados abaixo:

INDICADOR Nº 1: PRAZO PARA ENTREGA DE PRODUTOS OBJETIVOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a efetiva entrega dos produtos, conforme prazo contratual e de acordo com o cronograma pactuado entre as Partes. (Item aplicado a entregas como projetos, orçamentos, estudos, entre outros.)

	Não se aplica para avaliar o desempenho dos serviços que tem indicador específico.
Meta a cumprir	Aprovação e entrega dentro do prazo estipulado.
Instrumento de medição	Data de entrega.
Forma de acompanhamento	Cronograma oficial.
Periodicidade da medição do resultado	Mensal ou conforme cronograma
Mecanismo de Cálculo	<p>Delta Prazo (DP) = Prazo de entrega aprovado (PEA) - prazo de entrega previsto para aprovação (PEP)</p> <p>Onde:</p> <p>DP = Variação de prazo medido em dias corridos</p> <p>PEA = Data efetiva da aprovação e entrega do entregável acordado na OS, conforme cronograma oficial.</p> <p>PEP = Data prevista para a aprovação e entrega do entregável acordado na OS, conforme cronograma oficial</p>
Início de Vigência	A partir da data da emissão da Ordem de Serviço – OS.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>SE <math>DP \leq 0</math> - 100% do valor da medição;</p> <p>SE <math>0 &lt; DP \leq 5</math> - notificação; SE <math>5 &lt; DP \leq 10</math> - descontar 1% do valor da medição;</p> <p>SE <math>10 &lt; DP \leq 15</math> - descontar 2% do valor da medição;</p> <p>SE <math>15 &lt; DP \leq 30</math> - descontar 3% do valor da medição;</p> <p>SE <math>DP &gt; 30</math> - descontar 4% do valor da medição</p>
Sanções	A aplicação do IMR não prejudica a aplicação de sanções contratuais previstas no Contrato, Edital e seus anexos
Observações	<ul style="list-style-type: none"> <li>Exemplo de aplicação: Entrega de projetos; ·</li> <li>No caso da primeira ocorrência da faixa <math>5 &lt; DP \leq 10</math>, a CONTRATADA receberá apenas uma notificação, desde que não tenha sofrido ajustes anteriores das faixas subsequentes. Em caso de reincidência, aplica-se o ajuste normalmente.</li> </ul>
FISCAL DO CONTRATO	CONTRATADA

INDICADOR Nº 2: ÍNDICE DE DESEMPENHO DE PROGRESSO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o andamento dos serviços com progresso conforme previsto no cronograma oficial dos

	serviços.
Meta a cumprir	Manter constantemente o progresso dos serviços conforme o previsto no cronograma oficial, mediante controle do indicador.
Instrumento de medição	Medições mensais ou conforme periodicidade do cronograma.
Forma de acompanhamento	Cronograma oficial, medições e curva S de acompanhamento
Periodicidade da medição do resultado	Mensal ou conforme cronograma
Mecanismo de Cálculo	IDP = VA / VP  Onde:  IDP = Índice de Desempenho por Progresso: relação entre valor executado e o previsto;  VA = Valor agregado: valor financeiro medido, acumulado;  VP = Valor previsto: valor financeiro previsto para ter sido executado na medição, conforme cronograma oficial
Início de Vigência	A partir da data da emissão da Ordem de Serviço – OS.
Faixas de ajuste no pagamento	SE IDP ≥ 1 - 100% do valor da medição;  SE 1 < IDP ≤ 0,95 - notificação;  SE 0,95 < IDP ≤ 0,90 - descontar 1% do valor da medição;  SE 0,90 < IDP ≤ 0,85 - descontar 2% do valor da medição;  SE 0,85 < IDP ≤ 0,80 - descontar 4% do valor da medição;  SE IDP < 0,80 - descontar 6% do valor da medição
Sanções	A aplicação do IMR não prejudica a aplicação de sanções contratuais previstas no Contrato, Edital e seus anexos
Observações	<ul style="list-style-type: none"><li>No caso da primeira ocorrência da faixa 0,95 &lt; IDP ≤ 0,90, a CONTRATADA receberá apenas uma notificação, desde que não tenha sofrido ajustes anteriores das faixas subsequentes. Em caso de reincidência, aplica-se o ajuste normalmente.</li></ul>
FISCAL DO CONTRATO	CONTRATADA

INDICADOR Nº 3: REGISTRO DAS OCORRÊNCIAS NO DIÁRIO DE OBRAS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o correto, completo e tempestivo registro do andamento e das ocorrências dos serviços.
Meta a cumprir	Registro diário das informações sobre as equipes, equipamentos, serviços realizados, condições do clima, ocorrências, interferências, sem a esses se limitar.
Instrumento de medição	Diário de Obras.

Forma de acompanhamento	Diariamente pelo fiscal com a assinatura no diário físico ou eletrônico.
Periodicidade da medição do resultado	Mensal ou conforme cronograma.
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de dias trabalhados no mês sem o respectivo registro em tempo hábil = <b>X</b> .
Início de Vigência	A partir da emissão da Ordem de Serviço – OS
Faixas de ajuste no pagamento	$X \leq 3$ - 100% do valor total da medição. $3 < X \leq 6$ - notificação. $X > 6$ - descontar 1% do valor da medição.
Sanções	Aplicação das sanções previstas no Contrato e demais partes integrantes como o Projeto Básico e anexos.
Observações	<ul style="list-style-type: none"><li>No preenchimento do Diário de Obras deverá ser obedecido o disposto no Contrato e demais partes integrantes, como o Projeto Básico e anexos.</li><li>No caso da primeira ocorrência da faixa <math>X &gt; 5</math>, a CONTRATADA receberá apenas uma notificação. Em caso de reincidência, aplica-se o ajuste normalmente.</li></ul>
FISCAL DO CONTRATO	CONTRATADA

<b>INDICADOR Nº 4: ATENDIMENTO ÀS NORMA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO</b>	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o atendimento às disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde do trabalho
Meta a cumprir	Cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho durante a execução dos serviços.
Instrumento de medição	Relatórios do Fiscal de Segurança do Trabalho, conforme Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria 3.214/78 do MTE e demais legislação em vigor.
Forma de acompanhamento	Diariamente pelo pelo Fiscal de Segurança do Trabalho no local dos serviços.
Periodicidade da medição do resultado	Mensal ou conforme cronograma.
Mecanismo de Cálculo	Dias com itens inspecionados com desconformidade perante a legislação = X
Início de Vigência	A partir da emissão da Ordem de Serviço - OS
Faixas de ajuste no pagamento	$X = 0$ – 100% do valor total da medição. $X \leq 3$ - notificação. $3 < X \leq 6$ - descontar 1% do valor da medição. $X > 6$ - descontar 2% do valor da medição.

Sanções	Aplicação das sanções previstas no Contrato e demais partes integrantes como o Projeto Básico e anexos.
Observações	<ul style="list-style-type: none"><li>No caso de risco iminente de um acidente do trabalho e/ou condição insalubre, os trabalhos deverão ser imediatamente paralisados pela fiscalização, sendo permitida a retomada dos serviços somente após sanado o risco ou a condição insalubre.</li></ul> <p>Os principais itens de inspeção, não se limitando a esses, são:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Não fornecer ou não exigir o uso de EPIs</li><li>Falta de proteção contra quedas · Condições inadequadas de escavações e fundações</li><li>Instalações elétricas precárias · Máquinas e equipamentos sem dispositivos de proteção</li><li>Armazenamento inadequado de materiais perigosos.</li></ul>
FISCAL DO CONTRATO	CONTRATADA

INDICADOR Nº 5: ATUALIZAÇÃO DOS PROJETOS “AS BUILT”	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que ao final da execução de cada etapa já exista um projeto “as built” em conformidade com o que de fato foi executado, mitigando o risco de esquecimento de se efetuar os ajustes em projeto, a fim de se manter o registro de eventuais alterações realizadas durante os serviços.
Meta a cumprir	Projeto “as built” de qualidade, completo e conforme o que foi executado nos serviços.
Instrumento de medição	Relatório de fiscalização técnica.
Forma de acompanhamento	Presencial pelo Fiscal Técnico.
Periodicidade da medição do resultado	Mensal ou conforme cronograma.
Mecanismo de Cálculo	Percentual de projetos atualizados corretamente (sem erros/pendências) = X.
Início de Vigência	A partir da emissão da Ordem de Serviço - OS
Faixas de ajuste no pagamento	$X \geq 80\%$ - 100% do valor total da medição. $60\% \leq X < 80\%$ - descontar 1% do valor da medição. $X < 60\%$ - descontar 2% do valor da medição
Sanções	Aplicação das sanções previstas no Contrato e demais partes integrantes como o Projeto Básico e anexos.
Observações	<ul style="list-style-type: none"><li>Será considerado um projeto as built atualizado aquele no qual o ajuste/registo seja realizado até a primeira medição após a alteração realizada na execução dos serviços, excetuadas as alterações ocorridas nos últimos 5 dias úteis.</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>No caso da primeira ocorrência da faixa <math>60\% \leq X &lt; 80\%</math>, a CONTRATADA receberá apenas uma notificação, desde que não tenha sofrido ajustes anteriores das faixas subsequentes. Em caso de reincidência, aplica-se o ajuste normalmente.</li> </ul>
FISCAL DO CONTRATO	CONTRATADA

INDICADOR Nº 6: ORGANIZAÇÃO, LIMPEZA E ARRUMAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a permanente limpeza e a manutenção do canteiro de obras, visando mitigar o risco da proliferação de pragas e vetores, além de proporcionar um ambiente adequado aos colaboradores.
Meta a cumprir	Canteiro de Obras sempre limpo, íntegro e organizado.
Instrumento de medição	Relatório da fiscalização técnica.
Forma de acompanhamento	Diariamente pelo fiscal técnico, registrando em fotografias e diário de obras.
Periodicidade da medição do resultado	Mensal ou conforme cronograma
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de dias trabalhados no mês descumprindo com a obrigação de manter limpo, íntegro e organizado o canteiro de obras = <b>X</b>
Início de Vigência	A partir da emissão da Ordem de Serviço - OS
Faixas de ajuste no pagamento	<p><math>X \leq 4</math> - 100% do valor total da medição.</p> <p><math>4 &lt; X \leq 8</math> - notificação.</p> <p><math>X &gt; 8</math> - descontar 1% do valor da medição.</p>
Sanções	Aplicação das sanções previstas no Contrato e demais partes integrantes como o Projeto Básico e anexos.
Observações	<ul style="list-style-type: none"> <li>Este indicador é muito importante devido os serviços estarem inseridos no contexto hospitalar, o que requer maiores cuidados quanto a mitigação de riscos de proliferação de pragas e vetores.</li> <li>No caso da primeira ocorrência da faixa <math>X &gt; 5</math>, a CONTRATADA receberá apenas uma notificação. Em caso de reincidência, aplica-se o ajuste normalmente.</li> </ul>
FISCAL DO CONTRATO	CONTRATADA

- 23.4.6.
O Indicador proposto implica em variável que está sob controle da Administração e permite a mensuração da qualidade e eficiência dos serviços contratados, além do atendimento de normas e do contrato
- 23.4.7.
O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites permitidos pelo art. 177 do RLCE 2.0;
b) não configure descaracterização do objeto contratado.
- 23.4.8.
Os pagamentos serão realizados em conformidade com a avaliação dos Instrumentos de Medição de Resultado - IMR.



23.4.9. O percentual de glosa, aplicado mediante os critérios previstos no IMR deste Projeto Básico, é definido pela soma dos Indicadores. Desta forma, por exemplo, caso a CONTRATADA incorra em dois ou mais indicadores, perceberá o desconto equivalente à soma de todos os indicadores.

23.4.9.1. O desconto máximo por medição não poderá ultrapassar 10% (dez por cento) de cada medição, mesmo que a porcentagem acumulada da medição seja superior ao limite estabelecido.

23.4.10. Metodologia para mensuração das falhas

- 23.4.10.1. O fiscal técnico verificará os indicadores e anotará as falhas ocorridas que serão enviadas por meio de ofício, por e-mail, para o preposto tomar ciência.
- 23.4.10.2. A empresa CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a existência das ocorrências que serão avaliadas pela CONTRATANTE, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir do registro da ocorrência. Caso julgue procedente, a ocorrência será tornada sem efeito; caso julgue a justificativa improcedente será realizado o desconto.
- 23.4.10.3. Caso o Preposto da empresa CONTRATADA se negue a atestar as ocorrências verificadas, essas poderão ser atestadas por duas testemunhas e/ou através de foto/filmagem.

24. DO PAGAMENTO

24.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de **30 (trinta)** dias, contados do recebimento e ateste da Nota Fiscal/Fatura pela equipe de gestão e fiscalização do contrato.

24.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida de medição e ateste dos serviços executados, conforme este Projeto Básico. No caso da última medição, a emissão da nota fiscal/fatura será autorizada após emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO (ANEXO 06).

24.3. As Notas Fiscais/Faturas terão que ser emitidas, obrigatoriamente, com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) apresentado na proposta, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matrizes

24.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;

24.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

24.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d) O período de prestação dos serviços;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

24.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

24.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

24.9. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

24.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

24.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

24.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

24.13. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

24.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

24.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

24.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

24.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

24.17. No caso de serviços, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada:

- 24.17.1. Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;
- 24.17.2. O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato.
- 24.17.3. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC/FGV de correção monetária.

24.18. Para fins de faturamento, a primeira Nota Fiscal compreenderá a data de início do contrato até a data final do respectivo mês. Para os meses subsequentes, compreenderá o período de 1º ao último dia de cada mês.

25. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 25.1. O recebimento do serviço contratado se dará das seguintes formas:
- I - Provisoriamente, pelos responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 30 (trinta) dias corridos da comunicação escrita da CONTRATADA;
  - II - Definitivamente, por comissão designada pela CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, não podendo exceder o prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data do recebimento provisório.
- 25.2. Após a comunicação formal por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE irá, por meio de sua equipe técnica, realizar a inspeção dos trabalhos executados com o intuito de validação dos serviços, podendo solicitar reparos, às expensas da CONTRATADA, no total ou em parte, para os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 25.3. Concluídos os trabalhos pela CONTRATADA dentro do prazo fixado, deve ser emitida nova comunicação escrita para a fiscalização do contrato, para que seja realizada uma segunda vistoria.
- 25.4. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 25.5. A equipe de fiscalização emitirá relatório formal - ANEXO 05 - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO - TRP - apresentando todas as irregularidades detectadas na vistoria de recebimento provisório.
- 25.6. Em geral, o prazo para a revisão dos itens levantados no TRP é pactuado em no máximo 30 dias (trinta dias), já devendo estar apresentado como uma atividade do cronograma. Caberá à CONTRATADA avaliar frente à lista final a equipe a ser aplicada, para que os prazos sejam devidamente cumpridos.
- 25.7. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas no TRP.
- 25.8. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- 25.9. O Recebimento Definitivo deve ser previamente agendado com a empresa CONTRATADA assim que os itens do TRP estiverem finalizados.
- 25.10. Para a EBSEH, está consolidado que o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO - TRD (ANEXO 06) deverá ser emitido por comissão, formada pela equipe de gestão e fiscalização contratual, acrescida dos responsáveis pelo Setor de Infraestrutura Física e Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar.
- 25.11. O TRD só deve ser emitido com a entrega e aprovação do As Built, do Manual de Uso Operação, Manutenção das Edificações – NBR 14.037, alvarás, aprovações em órgãos competentes, entre outros.
- 25.12. O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
26. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 26.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os insumos, materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessária para entrega do objeto dentro das especificações contratuais.
- 26.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal designado para a fiscalização dos serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 26.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 26.4. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 26.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimento técnico do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 26.6. Vedar a prestação de serviços por familiar de agente público no Hospital CONTRATANTE em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 26.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 26.7.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 26.7.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 26.7.3. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
  - 26.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 26.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 26.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.
- 26.9. Comunicar imediatamente ao fiscal designado para a fiscalização dos serviços, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 26.10. Assegurar aos seus trabalhadores um ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar.
- 26.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local de trabalho, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 26.12. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 26.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, equipamentos e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 26.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los de forma eficaz e eficiente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 26.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

- 26.16. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações descritas nos documentos que compõem este Projeto Básico.
- 26.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 26.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 26.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 26.20. Arcar integralmente com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.
- 26.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.
- 26.22. Executar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos em cronograma, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 26.23. Responsabilizar-se pela construção, operação, manutenção e limpeza do Canteiro da obra para os serviços técnicos profissionais especializados de campo, mantendo-as em bom estado de higiene e conservação, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, de modo a prevenir a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho;
- 26.24. Deverá, ainda, armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e não obstruir portas e saídas de emergência, bem como não impedir acesso aos equipamentos de combate a incêndio.
- 26.25. Realizar no final dos serviços a transferência de conhecimento e treinamento da tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, incluindo, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE e treinamento específico sobre o Manual de Uso, Operação e Manutenção.
- 26.26. Manter os empregados nos horários predeterminados em contrato.
- 26.27. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá e uniformes.
- 26.28. Apresentar à CONTRATANTE, a relação nominal dos empregados que adentrarão nas dependências da unidade hospitalar para a execução dos serviços.
- 26.29. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nos serviços.
- 26.30. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no Caderno de Encargos da CONTRATANTE e seus anexos, bem como conforme artigo 80 da Lei nº 13.303/16.
- 26.31. Assegurar à CONTRATANTE, nos termos do Anexo VII-F, tópico 6.1 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05 de 26 de maio de 2017.
- 26.31.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 26.31.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 26.32. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo de até 10 dias, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico, bem como o não atendimento as normas de Segurança do Trabalho, as normas de funcionamento da unidade hospitalar ou a não observância as boas práticas de convívio profissional.
- 26.33. Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos. O representante da CONTRATADA deverá ter a qualificação compatível com o objeto desta contratação, a fim de acompanhar e controlar a execução dos serviços contratados.
- 26.34. A CONTRATADA deverá designar engenheiro residente responsável com expertise em serviços de porte semelhante (metragem ou complexidade), comprovada via Certidão de Acervo Técnico, que deverá permanecer fisicamente no local dos serviços, em tempo integral.
- 26.35. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE.
- 26.36. Adotar todas as providências e precauções necessárias, inclusive consulta em órgãos públicos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, redes elétricas, redes de comunicação, redes de gases entre outras.
- 26.37. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica assim como a abertura do livro de ordem referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis n.º. 6.496/77 e 12.378/2010).
- 26.38. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável. Mesmo quando as aprovações não forem de responsabilidade da CONTRATADA, esse alinhamento com a CONTRATANTE precisa ser constante. É necessário que a edificação atenda as exigências dos órgãos públicos, para a obtenção das liberações e aprovações que permitirão a operação da unidade. Importante aqui colocar que, de acordo com Resolução Anvisa – RDC-51/2011, Art. 24: “Quando do término da execução dos serviços do estabelecimento de saúde é obrigatória a anexação do Termo de Responsabilidade, firmado solidariamente pelo responsável pela execução dos serviços e pelo representante legal do EAS, declarando que os serviços foram executados conforme PBA aprovado e parecer técnico final emitido pela vigilância sanitária competente, sob pena das sanções civil, administrativa e penal cabíveis”.
- 26.39. Preencher diariamente o diário de obras, conforme descrito no item 14.11.
- 26.40. Manter atualizadas as informações sobre a execução dos serviços em sistema eletrônico disponibilizado pela CONTRATANTE, quando houver.
- 26.41. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO (ANEXO 06).
- 26.42. A CONTRATADA responderá, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, pela solidez e segurança dos serviços executados, assim em razão dos materiais, como do solo, conforme Artigo 618 do Código Civil.
- 26.42.1. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços, objeto contratual, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a CONTRATANTE.
- 26.43. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
  - b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
  - c) florestas plantadas; e
  - d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

- 26.44. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço.
- 26.45. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos.
- 26.46. Planejar, executar e se responsabilizar pelas instalações provisórias de água, esgoto e energia elétrica, inclusive com as despesas geradas por estes serviços mês a mês, com seu consumo.
- 26.47. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, energia elétrica, combustível diesel, telecomunicações, entre outras), bem como atuar em conjunto com a CONTRATANTE, junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.).
- 26.48. No caso de execução de serviço:
- 26.48.1. Cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;
- 26.48.2. Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;
- 26.48.3. Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;
- 26.48.4. Reconhecer a responsabilidade exclusiva como CONTRATADA, sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 26.48.5. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela CONTRATANTE, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;
- 26.48.6. Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, aceitar que CONTRATANTE efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;
- 26.48.7. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 26.48.8. Subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018;
- 26.48.9. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB n.º 2061, de 20 de dezembro de 2021.
- 26.49. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do LICITANTE ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao Projeto Básico, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer um dos documentos, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.
- 26.50. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 26.51. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 26.52. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 26.53. Determinar os **acessos** ao serviço: a determinação de acessos precisa contar com o envolvimento das equipes de segurança do trabalho e CCIH (Comissão de controle de infecção hospitalar), de forma que a circulação das equipes não prejudique o fluxo da unidade hospitalar, principalmente em um contrato de reforma ou ampliação.
- 26.54. Aprovação do espaço físico, layout e prazo para implantação do **canteiro de obras**. Essa aprovação será realizada pelo profissional designado para a fiscalização dos serviços e precisa contar com o envolvimento das equipes de Segurança do Trabalho.
- 26.55. Instalação das placas de obra atendendo o preconizado no documento: **Diretrizes para Contratação e Fiscalização de obras da Rede EBSERH-volumes 1 e 2**.
- 26.56. Seguir rigorosamente as determinações informadas no documento EBSERH – **Prevenção de infecção hospitalar** – Anexo 4 do documento: Diretrizes para Contratação e Fiscalização de Obras da Rede EBSERH-Volume 3.
- 26.57. Atender integralmente o preconizado nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência.
- 26.58. Garantir durante a execução do contrato um bom relacionamento com os vizinhos internos e externos a edificação.
- 26.59. Viabilizar e acompanhar a visita de consultores e projetistas realizadas no serviço.
- 26.60. Viabilizar e acompanhar a visita da CONTRATANTE e usuário final realizadas no serviço.
- 26.61. Apresentar plano de recuperação de prazo caso sejam identificados desvios no cronograma dos serviços.
- 26.62. Apresentar uma amostra de **todos os tipos de materiais de acabamento** a serem adquiridos, para validação final junto à CONTRATANTE, antes da utilização nos serviços. Todos os materiais aprovados devem ser armazenados junto a uma ficha de especificação com as informações do material registradas e assinadas pela equipe responsável pela aprovação.
- 26.63. Providenciar a identificação dos andares e de cada uma das salas/ambientes apresentados no projeto de arquitetura durante a execução dos serviços.
- 26.64. Apresentar em sua proposta técnica-comercial todos os custos necessários para a completa execução dos serviços objeto do contrato, sendo que os eventuais custos que não estejam detalhados na planilha orçamentária da proposta obrigatoriamente deverão estar diluídos nos outros custos da planilha (Exemplos, sem a esses se limitar: andaimes, ferramentas, equipamentos, EPI, etc.).
- 26.65. A empresa CONTRATADA é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante às disposições contidas na NR 6 – Equipamento de Proteção Individual EPI.
- 26.66. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 26.67. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 26.68. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n.º 6.481, de 12 de junho de 2008;

- 26.69.           Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.
- 26.70.           Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

26.70.1.           Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

26.70.2.           Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA n.º 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

26.70.3.           Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria n.º 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n.º 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

26.70.4.           Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 26.71.           Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução n.º 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 2010, nos seguintes termos:

26.71.1.           O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

26.71.2.           Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA n.º 307, de 2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

26.71.2.1.           resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

26.71.2.2.           resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

26.71.2.3.           resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

26.71.2.4.           resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

26.71.3.           Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

26.71.4.           Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 26.72.           Não incorrer em quaisquer das vedações previstas nos arts. 69 e 124 do RLCE 2.0.
27.           **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

27.1.           Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

27.2.           Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços diariamente no local, por servidor, comissão especialmente designada ou empresa CONTRATADA pela CONTRATANTE.

27.3.           Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

27.4.           Pagar à CONTRATADA o valor resultante da correta prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro e medição devidamente validada e aprovada.

27.5.           Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

27.6.           Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

27.6.1.           Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

27.6.2.           Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;

27.6.3.           Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

27.6.4.           Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

27.7.           Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

27.8.           Realizar avaliações da qualidade dos serviços, durante sua execução e para seu recebimento.

27.9.           Cientificar o Gestor do Contrato para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

27.10.           Arquivar, entre outros, os projetos e documentos de especificações técnicas, assim como todos os documentos que acompanham cada uma das medições, atas de reuniões, ofícios, Manual de Uso, Operação e Manutenção, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas, sem a estes se limitar.

27.11.           Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

27.12.           Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

27.13.           Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
28.           **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

28.1.           O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do escopo contratado. A fiscalização será exercida por equipe conforme detalhado no item 23.1.1.1. deste Projeto Básico.

- 28.2. O representante da CONTRATANTE deve ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 28.3. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve desvios no cronograma pactuado, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à CONTRATADA para que esta promova a adequação imediata à produtividade efetivamente pactuada e implemente as ações necessárias para a recuperação do prazo.
- 28.4. A conformidade dos materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços será verificada visualmente e em conjunto com as notas fiscais, manuais e os documentos da CONTRATADA que contenham a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e seus anexos, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 28.5. O fiscal ou equipe técnica designada para a fiscalização dos serviços irá avaliar e complementar o relatório diário de obras, quando necessário. Nele deverão ser informados todo o dia a dia dos serviços, atividades, equipes, problemas identificados, solicitações, resoluções, informações climáticas, dados do empreendimento, do proprietário, do responsável técnico e número da ART, as datas de início e de previsão da conclusão dos serviços, as datas de início e de conclusão de cada etapa programada, os relatos de visita do responsável técnico, orientações de execução frente a providências importantes para o cumprimento dos projetos e especificações, relato de acidentes ou danos materiais ocorridos, nome das empresas e prestadores de serviço contratados ou subcontratados, informando cargos e atividades e números das ARTs correlacionadas, entre outros. Mesmo que no formato digital, o diário deve ser assinado por ambas as partes: CONTRATANTE e CONTRATADA.
- 28.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.
- 28.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para garantir a qualidade requerida, intervindo para solicitar à CONTRATADA a correção imediata das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 28.8. Quando a equipe de fiscalização técnica designada pela administração para a fiscalização dos serviços identificar que alguma solicitação de revisão e/ou modificação apontada por diversas vezes, em diário ou ata de reunião, não estiver sendo corrigida pela CONTRATADA, será aberto um Relatório de Não Conformidade (RNC) com data máxima para revisão do serviço devidamente informada. Quando aberto, esse documento será rastreado até que as correções estejam finalizadas e, na maior parte das vezes, será necessário determinar a paralisação dos serviços não conformes até que os procedimentos ou métodos executivos sejam realinhados.
- 28.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA realize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços executados.
- 28.10. Cumpre, ainda, à fiscalização administrativa designada para o acompanhamento dos serviços:
- 28.10.1. Solicitar, mensalmente que a CONTRATADA apresente juntamente com a medição, os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução dos serviços, em especial, quanto:
- a) Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
  - b) À concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
  - c) À concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio saúde, quando for devido;
  - d) Aos depósitos do FGTS;
  - e) Ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
  - f) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;
  - g) Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias poderão ser apresentados em formato digital. O fiscal administrativo pode realizar diligências ou solicitar os documentos originais para atestar autenticidade.
- 28.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado e/ou de qualidade inferior.
- 28.12. A fiscalização apoiará a CONTRATADA na aprovação do planejamento da implementação, controle físico e financeiro da execução dos serviços, fazendo a interlocução junto a administração do hospital para desocupação de áreas e liberação de autorizações, principalmente quando for necessário desativar sistemas em operação (água, gás combustível, gases medicinais, energia, entre outros).
- 28.13. A eventual ausência ou omissão do fiscal ou equipe técnica designada para a fiscalização dos serviços não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas no Contrato.
- 28.14. Cabe ao Gestor do Contrato:
- 28.14.1. Preparar a reunião inicial do serviço (kick-off) reunindo todas as partes interessadas (Fiscais, Prepostos, Representantes, chefias, etc.) para a apresentação e discussão de uma pauta previamente definida, assim como participar de reuniões semanais/quinzenais devidamente agendadas com todos os participantes necessários para a viabilização de respostas e soluções de problemas identificados;
  - 28.14.2. Coordenar e comandar o processo da fiscalização da execução contratual;
  - 28.14.3. Informar a Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;
  - 28.14.4. Propor soluções para regularização dos descumprimentos das obrigações e problemas observados e aplicar sanções que entender cabíveis;
  - 28.14.5. Reunir as informações sobre execução e administração;
  - 28.14.6. Delegar e supervisionar as atribuições dos Fiscais;
  - 28.14.7. Receber e avaliar planos, programas, normas de operação e segurança dos equipamentos, planos de contingência e programação dos testes necessários;
  - 28.14.8. Estabelecer prazos para solução de pendências;
  - 28.14.9. Controlar e avaliar finanças e Notas Fiscais/Fatura para pagamentos;
  - 28.14.10. Esclarecer, orientar e mediar dúvidas ou questões que a CONTRATADA solicitar.
- 28.15. Cabe ainda aos Fiscais Técnicos:
- 28.15.1. Comunicar ao Gestor do Contrato qualquer anormalidade da execução dos serviços ou ocorrências diversas;
  - 28.15.2. Conferir/realizar as medições mensais;
  - 28.15.3. Atestar notas fiscais referente a realização dos serviços;
  - 28.15.4. Encaminhar documentos/produtos pertinentes ao Gestor do Contrato;
  - 28.15.5. Avaliar prazos solicitados pela CONTRATADA;
  - 28.15.6. Avaliar a necessidade de paralisação de equipamentos e sistemas hospitalares para realização de serviços;
  - 28.15.7. Solicitar à CONTRATADA a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

- 28.15.8. Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer produto químico, material ou equipamento, cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades;
- 28.15.9. Solicitar comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;
- 28.15.10. Rejeitar no todo ou em parte os serviços realizados, se em desacordo com a especificação deste Projeto Básico.
- 28.16. Cabe ao Fiscal Administrativo:
- 28.16.1. Solicitar a apresentação de comprovações do cumprimento de aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento, tais como:
- 28.16.1.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração CONTRATANTE;
- 28.16.1.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade CONTRATANTE;
- 28.16.1.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 28.16.1.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- 28.16.1.5. Tal solicitação será realizada periodicamente, por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 150 (cento e cinquenta) dias de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez;
- 28.16.1.6. Para tanto, conforme previsto neste Termo de Referência, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;
- 28.16.1.7. Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao Fiscal Administrativo qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da FISCALIZAÇÃO.
- 28.16.2. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias poderão ser apresentados em formato digital. O fiscal administrativo pode realizar diligências ou solicitar os documentos originais para atestar autenticidade;
- 28.16.3. Atestar notas fiscais referente a regularidade da documentação administrativa.
- 28.17. A FISCALIZAÇÃO cabe:
- 28.17.1. Ter livre acesso e autoridade para definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do contrato, fixando normas nos casos não especificados e determinando as providências cabíveis;
- 28.17.2. Não autorizar emissão de nota fiscal, caso julgue que pendências relacionadas a documentos ou serviços possam comprometer a execução do objeto contratual.
- 28.17.3. Ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do Contrato.
- 28.18. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.
29. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 29.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a EBSE RH poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 29.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 29.1.2. Multa:
- 29.1.2.1. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor contratado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 29.1.2.2. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima;
- 29.1.2.3. Compensatória, para a inexecução parcial do contrato, de até 10% (dez por cento) do valor do contrato.
- 29.1.2.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato, de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- 29.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EBSE RH, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 29.2. As sanções previstas nos subitens 29.1.1 e 29.1.3 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 29.3. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
- 29.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 29.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 29.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a EBSE RH em virtude de atos ilícitos praticados;
- 29.3.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 29.3.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 29.3.6. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 29.3.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 29.3.8. Não mantiver a proposta;
- 29.3.9. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 29.3.10. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.
- 29.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.



- 29.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o devido processo legal ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/2016, no RLCE 2.0, na Norma Operacional - SEI n.º 7/2023/DAI-EBSERH - no que for compatível com o RLCE 2.0 -, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.
- 29.6. Deverá ser emitida GRU - Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela empresa CONTRATADA.
- 29.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da EBSERH, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.
- 29.7.1. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 29.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à EBSERH, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 29.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).
- 29.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 29.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 29.12. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela EBSERH deverão ser registradas e publicadas no SICAF.
- 29.13. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei n.º 12.846/2013.
30. **MATRIZ DE RISCOS**
- 30.1. A matriz de risco é a definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.
- 30.2. A matriz de risco e a definição das ações mitigadoras ou eliminadoras dos riscos. Recomenda-se, fortemente, que a licitante tome conhecimento sobre as responsabilidades lá definidas.
- 30.3. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade do CONTRATADO.

RISCOS TÉCNICOS OU DE ENGENHARIA			
TEMA	NÚMERO	DESCRIÇÃO DO RISCO	RESPONSABILIDADE
Projetos	1	Alterações nos projetos/especificações técnicas fornecidos pelo Contratante e/ou modificações do escopo contratado causadas por falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto de responsabilidade do Contratante, com impacto financeiro de acréscimo de custo acima de 5% do valor global dos serviços.	ADMINISTRAÇÃO
Liberação de áreas	2	Atraso ou demora na liberação da área, local ou objeto necessário à execução dos serviços, inclusive devido à necessidade de execução prévia de serviço a cargo da Administração ou de terceiro por ela contratado.	ADMINISTRAÇÃO
Danos	3	Ocorrência de acidentes ou danos diretamente à Administração ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços por fatos imputáveis à CONTRATADA.	CONTRATADA
	4	Danos causados pela CONTRATADA, por seus empregados, prepostos, terceirizados ou empresas subcontratadas, decorrentes da execução do serviço/obra públicas.	CONTRATADA
Vícios	5	Vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais nela empregados por razões imputáveis à CONTRATADA.	CONTRATADA
Roubo, furto e vandalismo	6	Prejuízos causados por roubos, furtos, perecimento, vandalismos, extravios ou perdas no local da serviço, canteiro de obras, frentes de serviço ou equipamentos, por omissão da CONTRATADA em adotar medidas usualmente empregadas para promover a segurança da área, até a entrega oficial do objeto contratado.	CONTRATADA
Geotecnia	7	Alteração das fundações, como comprimento, engastamento e tipo de fundação devido a alterações na área ou no local de execução dos serviços que não tenham sido previamente identificadas nos documentos licitatórios. (salvo no caso de a sondagem ser do escopo do contratado)	ADMINISTRAÇÃO

Arqueologia	8	Atraso ou paralisação da execução dos serviços, ou impactos e alterações nos custos da CONTRATADA por identificação de vestígios arqueológicos, históricos ou culturais.	ADMINISTRAÇÃO
	9	Atraso ou paralisação da execução dos serviços, ou impactos e alterações nos custos da CONTRATADA por interferência dos órgãos de proteção ao patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural.	ADMINISTRAÇÃO
Condições climáticas	10	Ocorrência de condições climáticas que interfiram na execução dos serviços, cuja intensidade, duração e quantidade sejam inferiores ao valor máximo de precipitação com tempo de recorrência de 10 anos.	CONTRATADA
	11	Ocorrência de condições climáticas que interfiram na execução dos serviços, cuja intensidade, duração e quantidade seja superior ao valor máximo de precipitação com tempo de recorrência de 10 anos.	ADMINISTRAÇÃO
	12	Danos gerados ao canteiro de obras ou a terceiros em decorrência de alagamentos, incêndios, tremores de terra, vendavais ou de outros eventos climáticos e meteorológicos.	RISCO COMPARTILHADO ENTRE AS PARTES NA PROPORÇÃO DE 30% (TRINTA POR CENTO) PARA A CONTRATANTE E 70% (SETENTA POR CENTO) PARA A CONTRATADA
RISCOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS			
TEMA	NÚMERO	DESCRIÇÃO DO RISCO	RESPONSABILIDADE
Desempenho	13	Não atendimento dos parâmetros de qualidade previstos para os serviços ou atraso no cumprimento do cronograma físico-financeiro por razões relacionadas ao desempenho insuficiente da CONTRATADA.	CONTRATADA
	14	Prejuízos decorrentes de falhas, omissões ou erros na execução do serviço/obra pública por razões relacionadas ao desempenho insuficiente da CONTRATADA.	CONTRATADA
	15	Desgaste precoce nos materiais empregados pela CONTRATADA na execução dos serviços.	CONTRATADA
Capacidade Financeira	16	Falta de capacidade financeira do contratado para execução do contrato.	CONTRATADA
RISCOS JURÍDICOS			
TEMA	NÚMERO	DESCRIÇÃO DO RISCO	RESPONSABILIDADE
Regulação	17	Alterações na legislação, em regulamentos ou em outras normas aplicáveis ao contrato, bem como restrições regulatórias e administrativas que alterem os custos necessários à execução dos serviços.	ADMINISTRAÇÃO
	18	Decisões administrativas, judiciais ou arbitrais que impeçam ou determinem a suspensão da execução do serviço/obra pública por fatos não imputáveis à CONTRATADA.	ADMINISTRAÇÃO
Tributação	19	Criação ou variação no custo dos tributos ou encargos legais supervenientemente à celebração do contrato, com repercussão sobre os preços contratados.	ADMINISTRAÇÃO
Licenças, autorizações e alvarás	20	Atraso ou não obtenção de licenças, alvarás ou autorizações necessárias à execução dos serviços por razões não imputáveis à CONTRATADA.	ADMINISTRAÇÃO
	21	Atraso ou não obtenção de licenças, alvarás ou autorizações necessárias à execução dos serviços por razões imputáveis à CONTRATADA.	CONTRATADA
RISCOS EXTRAORDINÁRIOS			
TEMA	NÚMERO	DESCRIÇÃO DO RISCO	RESPONSABILIDADE

Caso fortuito ou Força maior	22	Materialização de evento extraordinário, imprevisível ou de consequências incalculáveis, que impeça ou dificulte a execução dos serviços nos termos originalmente contratados.	ADMINISTRAÇÃO
RISCOS ADMINISTRATIVOS			
TEMA	NÚMERO	DESCRIÇÃO DO RISCO	RESPONSABILIDADE
Alteração unilateral	23	Modificações no projeto, na concepção ou na metodologia de execução dos serviços, bem como acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto por determinação unilateral da Administração Pública.	ADMINISTRAÇÃO
Serviços/Obras do Poder Público	24	Atraso ou inexecução de parcelas de serviços/obras sob a responsabilidade da Administração Pública.	ADMINISTRAÇÃO
Pagamento	25	Inadimplemento ou atraso nos pagamentos devidos pela Administração Pública à CONTRATADA, sem que esta tenha dado causa ou mesmo contribuído para o atraso.	ADMINISTRAÇÃO
RISCOS AMBIENTAIS			
TEMA	NÚMERO	DESCRIÇÃO DO RISCO	RESPONSABILIDADE
Licenças, condicionantes e passivos ambientais	26	Atraso ou impossibilidade de obtenção das licenças ambientais necessárias à execução dos serviços por fatores não imputáveis à CONTRATADA, inclusive devido à morosidade do órgão ambiental competente ou por falha da Administração no fornecimento de informações e documentos sob seu encargo, ainda que a obtenção do licenciamento esteja sob a responsabilidade da CONTRATADA.	ADMINISTRAÇÃO
	27	Necessidade de alterações do escopo contratual em decorrência do processo de licenciamento ambiental	ADMINISTRAÇÃO
	28	Ações e custos para o atendimento de eventuais condicionantes ambientais das licenças existentes ou informadas à CONTRATADA nos documentos licitatórios.	CONTRATADA
	29	Ações e custos para o atendimento de novas condicionantes exigidas pelo órgão ambiental durante a execução dos serviços, ou que não tenham sido informadas à CONTRATADA nos documentos licitatórios.	ADMINISTRAÇÃO
	30	Ações e custos para o gerenciamento de passivos ambientais na área e nos bens transferidos à CONTRATADA para a execução do serviço/obra pública que não foram previamente informados à CONTRATADA nos documentos licitatórios.	ADMINISTRAÇÃO
Disposição de Resíduos	31	Descarte e disposição ambientalmente inadequados dos resíduos sólidos e de resíduos perigosos gerados durante a execução dos serviços.	CONTRATADA
Flora e Fauna	32	Danos ou impactos na flora e na fauna em locais adjacentes à execução dos serviços, ocasionados por fatores imputáveis à CONTRATADA.	CONTRATADA
RISCOS TRABALHISTAS			
TEMA	NÚMERO	DESCRIÇÃO DO RISCO	RESPONSABILIDADE
Jornada de Trabalho	33	Cumprimento da jornada de trabalho necessária à execução dos serviços.	CONTRATADA
	34	Restrições supervenientes à jornada de trabalho decorrentes de normas legislativas ou regulamentares, e/ou de imposições da Administração Pública durante a execução dos serviços.	ADMINISTRAÇÃO
Acidentes de Trabalho	35	Incidentes ou acidentes de trabalho ocorridos na área de execução dos serviços por razões imputáveis à CONTRATADA.	CONTRATADA

Greves, manifestações e paralisações	36	Ocorrência de greves, paralisações ou manifestações de funcionários da CONTRATADA, de seus fornecedores, subcontratadas ou terceirizados que afetem a execução dos serviços, quando tais eventos forem motivados por demandas daqueles direcionadas à CONTRATADA, exceto quando consideradas ilegais pelo Poder Judiciário.	CONTRATADA
	37	Ocorrência de greves, paralisações ou manifestações, gerais ou locais, que afetem a execução dos serviços, quando tais eventos não forem motivados por demandas direcionadas à CONTRATADA.	RISCO COMPARTILHADO ENTRE AS PARTES NA PROPORÇÃO DE 70% (SETENTA POR CENTO) PARA A CONTRATANTE E 30% (TRINTA POR CENTO) PARA A CONTRATADA

31. ESTIMATIVAS DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

31.1. **O valor estimado não será sigiloso**, haja vista que o não sigilo do valor de referência contribuirá para maior possibilidade de sucesso da licitação, uma vez que não serão admitidas propostas com valores superiores aos de referência, nem propostas manifestamente inexequíveis. Por outro lado, não há prejuízo, com a divulgação do valor, à correta e transparente execução do certame. Dessa forma, está em consonância com o Art. 7º do RLCE:

*“Art. 7º O valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, **facultando- se sua publicidade, mediante justificativa.**”*

31.2. A referência de preço está fundamentada na planilha orçamentária que compõe os documentos técnicos anexos deste Projeto Básico.

31.3. A fonte adotada como referência foi a do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, estabelecida como balizador para elaboração de orçamentos de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos de orçamento da União, conforme prescrito no artigo 3º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013. Na ausência ou inviabilidade de referência SINAPI, outras referências de previsão de custos mantidas por órgãos públicos foram utilizadas nas estimativas de preço, conforme orientações do artigo 6º do referido decreto.

31.4. Diante disto, determinou-se o valor máximo para a contratação, constante no orçamento referencial ANEXO 16 deste Projeto Básico, a quantia de R\$ 1.812.489,41 (UM MILHÃO, OITOCENTOS E DOZE MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS).

31.5. A planilha orçamentária modelo para a elaboração das propostas, com a descrição dos serviços, unidades e quantitativos, encontra-se disponível no ANEXO 12 deste Projeto Básico, devendo ser preenchida e apresentada na proposta da LICITANTE, sendo **vedadas alterações na descrição, unidades e quantitativos dos serviços previstos**.

32. DO REAJUSTE

32.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

32.2. Os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice INCC -DI- Índice Nacional da Construção Civil-Disponibilidade Interna, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta.

32.3. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

32.4. É indevido o pagamento de reajuste de preços resultante de atraso na execução contratual em razão de fatos imputáveis à CONTRATADA.

32.5. Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro, mas não executados por culpa exclusiva da CONTRATADA.

32.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

32.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

32.8. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

32.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

32.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

32.11. O reajuste será realizado por apostilamento.

33. ADITIVOS CONTRATUAIS

33.1. Conforme o RLCE 2.0, em seu art. 171, inciso VI, § 3º, é vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

33.2. Conforme o Art. 81 da Lei nº 13.303/16, os contratos poderão sofrer alterações quando devidamente justificados, gerando, dessa forma, a necessidade de elaboração de aditivos contratuais.

33.3. A empresa CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem em se tratando de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

33.4. Na celebração dos aditivos, para que se garanta o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, atendendo assim ao artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988 e os artigos 171 a 177 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH, versão 2.0, serão consideradas as seguintes hipóteses:

33.4.1. Na necessidade de aditivo de itens previstos na planilha orçamentária, os preços destes seguirão o mesmo do orçamento apresentado pela CONTRATADA, mantendo a taxa de BDI e descontos apresentados na proposta que gerou o contrato;

33.4.2. Na necessidade de aditivo de itens não previstos na planilha orçamentária, estes serão aditivados da seguinte forma:

- a) Se o item a ser aditivado e incluído no rol dos serviços possuir referência na tabela SINAPI, deverá ser utilizado o valor SINAPI correspondente com referência de preço da mesma data do orçamento-base da administração, aplicando-se em seguida a taxa de BDI e desconto apresentados na proposta da CONTRATADA;
- b) Se o item empregado não possuir referência na tabela SINAPI e sua referência de preço for levantada através de cotações de mercado, este deverá ter seu preço cotado na época do aditivo (dentro do mês a ser celebrado o aditivo) para, na sequência, ser deflacionado até a data base do orçamento-base da administração através da utilização do INCC/FGV para que seja então aplicado o BDI e descontos apresentado na proposta da CONTRATADA.

34. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 34.1.

O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, com validade durante a vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 34.2.

Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do LICITANTE vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do orçamento estimado, equivalente à diferença entre esse último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas, nos termos do 6º do artigo 144 do RLCE 2.0.
- 34.3.

No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira.
- 34.3.1.

A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);

34.3.2.

O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.
- 34.4.

A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger todo o período de vigência contratual.
- 34.5.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 34.5.1.

Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

34.5.2.

Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

34.5.3.

Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

34.5.4.

Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.
- 34.6.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 34.7.

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 34.8.

A corretora emitente da apólice do seguro, deverá estar devidamente cadastrada e autorizada pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP ao operar no mercado de seguros. No caso de fianças bancárias, o emissor deverá estar devidamente registrado no Banco Central do Brasil.
- 34.9.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 34.10.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 34.11.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 34.12.

A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 34.13.

Será considerada extinta a garantia:
- 34.13.1.

Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

34.13.2.

No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 34.14.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 34.15.

A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Projeto Básico e no Contrato.
35.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
- 35.1.

A contratação pretendida possui alinhamento com o Acordo Organizativo de Compromisso (AOC) 2026 entre o CHU-UFPA e a EBSERH/Sede.
- 35.2.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 35.3.

Conforme Despacho - SEI 54438493, a indicação da **Dotação Orçamentária** ocorrerá pelas seguintes **fontes de recursos**:
- **Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – REHUF - Ação 20RX**

Natureza da Despesa: 4.4.90.51.92 - INSTALAÇÕES.

(Conforme dotação consignada pela Sede no Despacho - SEI 37966099)

• **Programa Nacional de Qualificação e Ampliação dos Serviços Prestados por Hospitais Universitários Federais Integrantes do Sistema Único de Saúde - PRHOSUS – Ação 8585**

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.16 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
36.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD
- 36.1.

No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:
- 36.2.

Adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- 36.3.

Assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- 36.4.

Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- 36.5.

Adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- 36.6.

Cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- 36.7.

Orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- 36.8.

Comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

- 36.9. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:
- 36.10. Cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
- 36.11. Apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;
- 36.12. Não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- 36.13. Quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.
37. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE ACESSIBILIDADE
- 37.1. Em atendimento ao Art. 5º, inciso VI, do Regulamento de Licitações 2.0.:
- 37.1.1. Os serviços e produtos contratados deverão atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos específicos de acessibilidade:
- 37.1.2. Compatibilidade dos sistemas com tecnologias assistivas, incluindo softwares de leitura de tela, ampliação e comandos por voz.
- 37.1.3. Disponibilização de sinalização visual em alto contraste, sonora e tátil, conforme aplicável, para orientação de pessoas com deficiência sensorial.
- 37.1.4. Adequação física dos equipamentos instalados, respeitando as normas técnicas de acessibilidade e usabilidade por pessoas com mobilidade reduzida.
- 37.1.5. Integração plena com dispositivos de apoio utilizados por pessoas com deficiência visual, auditiva ou motora.
- 37.1.6. Formação técnica da equipa de implantação e operação dos sistemas, contemplando conhecimentos em acessibilidade e atendimento inclusivo.
38. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
- 38.1. Em atendimento ao Art. 35º, inciso XVI, do Regulamento de Licitações 2.0.:
- 38.1.1. Em observância à Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, faz-se necessário, sempre que possível, que:
- 38.1.1.1. Os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- 38.1.1.2. Sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 38.1.1.3. Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 38.1.1.4. Os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na direØva RoHS (RestricØon of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).
- 38.2. É de responsabilidade do fornecedor as condições de conservação dos produtos entregues, resistência das embalagens, data de validade, temperaturas exigidas, presença de sujidade, material estranho e insetos.
- 38.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo estabelecido pela fiscalização da CONTRATANTE.
- 38.4. Em caso de constatação, a qualquer tempo, de desvios na qualidade, defeitos de fabricação ou alterações da estabilidade, dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto, bem como má fé do fornecedor, condições inadequadas de transporte ou em desacordo com as especificações exigidas, a CONTRATADA fica obrigada a substituir, às suas expensas, o produto defeituoso, no prazo máximo de dez (10) dias úteis, contados a partir da constatação do vício do produto com a consequente notificação junto ao fornecedor, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 38.5. Não serão recebidos materiais que apresentarem, nas embalagens, sinais de violação e/ou variação na estrutura, aderência ao produto, umidade, inadequação em relação ao conteúdo e que não estiverem identificadas de acordo com a legislação vigente.
- 38.6. Somente serão aceitos os materiais que, por ocasião de sua efetiva entrega, possuam, no mínimo, 75% (Setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade total a vencer, contado da data de sua fabricação.
- 38.7. A critério da administração, e após consulta e parecer favorável da área técnica responsável pela unidade, poderão ser aceitos produtos com menos de 75% (Setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade total a vencer, desde que tais produtos sejam para utilização imediata e não tenham qualquer risco de vencimento antes de sua utilização.
- 38.8. Todo material deverá, OBRIGATORIAMENTE, trazer impresso o n. º do lote, data de fabricação e validade.
- 38.9. Logística reversa:
- 38.9.1. logística reversa - é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.
- 38.9.2. Conforme prevê o Artigo 33º da nova lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), ficam obrigados os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a estruturar e implementar sistemas de LOGÍSTICA REVERSA, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, de produtos perigosos, tais como:
- I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), ou em normas técnicas;
- II - pilhas e baterias;
- III - pneus;
- IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.
- 38.9.2.1. Conforme citado no Parágrafo Primeiro, do mesmo artigo, serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados. Já, o Decreto Federal no. 7.404, de 23 de dezembro de 2010, cita no Artigo 18 em que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens supracitados, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa mediante retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, ficando estes responsáveis pela realização da logística reversa. A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências deste Termo de Referência.

38.9.2.2. O bem a ser fornecido pela empresa deverá atender os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na Instrução Normativa nº1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, bem como o que consta Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH. Em se tratando de sustentabilidade social, a presente aquisição tem como propósito melhorar a qualidade de vida da população como um todo, visando reduzir as desigualdades sociais e ampliar o acesso aos direitos e serviços básicos, como educação e saúde, já que o CHU-UFPA tem como missão ser referência de excelência na formação de profissionais de saúde, na atenção à saúde, na inovação tecnológica e sustentabilidade, atendendo com inserção e integração na rede de serviços em saúde e nas necessidades da população, prestando serviços de forma gratuita e com excelência. Já no ambiente laborativo a sustentabilidade social a presente aquisição visa promover um ambiente de trabalho confortável e agradável a seus colaboradores.

38.9.2.3. O pilar econômico está relacionado com a produção, consumo e distribuição de bens e serviços, levando em consideração a questão social e ambiental. Sendo traduzida como pensar sobre os processos econômicos de maneira mais profunda e responsável, as empresas atuam sem visar apenas o lucro desenfreado, mas em uma forma de crescer causando menos impactos ambientais. Inclusive, com a ascensão dos debates sociais, empresas que buscam soluções sustentáveis acabam tendo resultados positivos, pois a população busca cada vez mais consumir marcas com uma cultura de desenvolvimento sustentável. Nesse aspecto, a aplicação de atitudes de sustentabilidade econômica no âmbito do CHU-UFPA foi optar por produtos com menor impacto ambiental, inclusive pelo fato da especificação técnica de vários produtos trazer a exigência de selo Procel, o qual permite conhecer, entre os equipamentos e eletrodomésticos à disposição no mercado, os mais eficientes e que consomem menos energia.

- 38.10. Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados.
- 38.11. Mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental.
- 38.12. Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam consumo de energia e de recursos naturais.
- 38.13. Avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística.
- 38.14. Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela EBSERH.
- 38.15. **LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

38.15.1. Considerando a natureza da contratação, consistente na implantação de Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio em edificação hospitalar existente, sem ampliação de área construída ou alteração significativa das características do empreendimento, conclui-se que os serviços **não se enquadram como atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, nem como empreendimento causador de significativo impacto ambiental**, nos termos da Lei nº 6.938/1981 e das Resoluções CONAMA nº 001/1986 e nº 237/1997, razão pela qual **não se faz necessária a obtenção de licenciamento ambiental prévio**, tampouco a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), sem prejuízo do cumprimento das demais normas ambientais, sanitárias e urbanísticas aplicáveis.

39. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL**
- 39.1. Em atendimento ao Art. 35º, inciso XVI, do Regulamento de Licitações 2.0.:
- 39.2. Serão considerados, para fins de valorização da proposta, os seguintes critérios de sustentabilidade social:
- 39.2.1. Comprovação de cumprimento integral da legislação trabalhista e previdenciária, incluindo a regularidade no pagamento de salários, encargos sociais e benefícios.

39.2.2. Inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social, tais como pessoas com deficiência, reabilitados do INSS, egressos do sistema prisional e jovens aprendizes.

39.2.3. Compromisso com a valorização da mão de obra local, priorizando a contratação de trabalhadores residentes na região de execução do contrato.

39.2.4. Existência de políticas institucionais ou práticas de promoção da diversidade, com foco na equidade de gênero, raça e etnia.

39.2.5. Garantia de condições dignas e seguras de trabalho, com fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e promoção de ambiente laboral saudável.
40. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA**
- 40.1. Em atendimento ao Art. 35º, inciso XVI, do Regulamento de Licitações 2.0.:
- 40.2. Serão considerados, para fins de valorização da proposta, os seguintes critérios de sustentabilidade econômica:
- 40.2.1. Avaliação do custo total do ciclo de vida do bem ou serviço, incluindo aquisição, instalação, operação, manutenção, atualização tecnológica e descarte final.

40.2.2. Durabilidade e confiabilidade técnica dos equipamentos ofertados, priorizando soluções com maior vida útil e menor taxa de falhas.

40.2.3. Eficiência energética comprovada dos sistemas, por meio de selo Procel, Energy Star ou equivalente.

40.2.4. Capacidade de atualização e escalabilidade tecnológica dos equipamentos e sistemas, reduzindo a necessidade de substituições futuras.

40.2.5. Utilização de materiais com baixa toxicidade e menor impacto ambiental ao longo do ciclo de vida do produto.

41. **ANEXOS**
- 41.1. ANEXO 01 - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE RESPONSÁVEL TÉCNICO;
- 41.2. ANEXO 02 - DECLARAÇÃO DE VISTORIA;
- 41.3. ANEXO 03 - DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA;
- 41.4. ANEXO 04 - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO PROJETO BÁSICO E SEUS ANEXOS;
- 41.5. ANEXO 05 - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO;
- 41.6. ANEXO 06 - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;
- 41.7. ANEXO 07 - MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇO;
- 41.8. ANEXO 08 - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO, EQUIPAMENTOS E MATERIAL;
- 41.9. ANEXO 09 - DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E FINANCEIRA;
- 41.10. ANEXO 10 - DECLARAÇÃO SOBRE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NO FINAL DE SEMANA OU PERÍODO NOTURNO;
- 41.11. ANEXO 11 - PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ART; (57712708);
- 41.12. ANEXO 12 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA MODELO PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA (57712728);
- 41.13. ANEXO 13 - COMPOSIÇÃO DO BDI;
- 41.14. ANEXO 14 - MAPA DE RISCOS (57709241);
- 41.15. ANEXO 15 - MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA PARA EMPRESAS TERCEIRIZADAS DO CHU-UFPA (57712754);



Assinam o presente documento:

Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrante Técnico
Marylú Fernandes Guedes Rios Arquiteta Matrícula: 307****	Apolo Moraes de Almeida Eng. Civil Matrícula: 197****	Antônio Henrique da Silva Lira Cavalcante Eng. Civil Matrícula: 340****
Integrante Técnico	Integrante Técnico	Integrante Técnico
Francisco Fernandes Praxedes Neto Engenheiro Eletricista Matrícula: 312****	Diego Pereira de Santana Engenheiro Eletricista Matrícula: 326****	Erlan de Oliveira Mendonça Engenheiro Mecânico Matrícula: 326****
Integrante Administrativo		
Débora Almeida Chaves Analista administrativo Matrícula: 340****		
Jacilino Estumano Barbosa  Chefe da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar SIAPE 164****		

Aprovado por:

DANIEL PAULO SERIQUE JÚNIOR - SIAPE: 164\*\*\*\* - Gerente Administrativo, Portaria nº 4.230, de 05 de setembro de 2019, Diário Oficial da União, de 06 de setembro de 2019;

REGINA FÁTIMA FEIO BARROSO - SIAPE: 310\*\*\*\* - Superintendente, Portaria nº 436 de 05 de agosto de 2019, Diário Oficial da União, de 05 de agosto de 2019.

ANEXO 1 – DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ao

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO BETTINA FERRO DE SOUZA

Comissão Especial de Licitações

A empresa \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, no Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que possui em seu quadro, ou possuirá na data da contratação, os profissionais exigidos na etapa de qualificação técnica, e que estes têm disponibilidade para serem responsáveis técnicos pela \_\_\_\_\_.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

Belém\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

[ Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal ]

[ Dados da Declarante:

Razão Social e[ Carimbo do CNPJ ]

\*Emitir em papel timbrado que identifique a licitante

ANEXO 2 – MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE VISTORIA

[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Ao

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO BETTINA FERRO DE SOUZA

\_\_\_\_\_ (nome empresarial da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ com sede à \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, infra-  
assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, para fins, **DECLARA** expressamente que visitou as áreas do HU\_\_\_\_\_, a fim de  
inspecionar \_\_\_\_\_, obtendo o conhecimento de todos os detalhes, informações e condições necessárias à elaboração da proposta  
e, caso vencedor, **SE COMPROMETE** a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital, sendo plenamente capaz de manter as condições da proposta, não cabendo posteriormente qualquer  
reajuste sob a alegação de desconhecimento.

Belém\_\_\_\_\_, de\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

[ Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal ]

[ Dados da Declarante:

Razão Social e[ Carimbo do CNPJ ]

**\*Emitir em papel que identifique a licitante**

ANEXO 03 - DECLARAÇÃO DE DISPENSA REALIZAÇÃO DE VISTORIA

[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]

DECLARAÇÃO DE DISPENSA REALIZAÇÃO DE VISTORIA

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, endereço eletrônico\_\_\_\_\_, não teve  
interesse em realizar a vistoria no local onde serão executados os serviços objeto do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_(ano), não cabendo alegações, pela supracitada empresa, em qualquer  
época, de desconhecimento de estado, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações, assumindo total  
responsabilidade por esse fato e que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que possam ensejar avenças técnicas ou financeiras.

( ) Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, Rua Augusto Corrêa, 01, bairro Guamá, Belém/PA, CEP 66075-110.

Belém\_\_\_\_\_, de\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome, RG, Cargo e assinatura do Representante

**\*Emitir em papel timbrado que identifique a licitante**

ANEXO 4 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS ANEXOS DO PROJETO BÁSICO

[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS ANEXOS DO PROJETO BÁSICO

Ao

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO BETTINA FERRO DE SOUZA

Comissão Especial de Licitações

A empresa \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, no Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as  
penas da Lei, que tem conhecimento total das informações apresentadas nos ANEXOS deste edital de licitação, especialmente o PROJETO BÁSICO e todos os seus ANEXOS, sendo suficiente  
para precificar a \_\_\_\_\_, objeto do presente Edital e que, caso vencedor, será plenamente capaz de mantê-lo nas atuais condições existentes, não cabendo  
posteriormente qualquer reajuste sob a alegação de desconhecimento.

Belém\_\_\_\_\_, de\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

[ Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal ]

[ Dados da Declarante:

Razão Social e Carimbo do CNPJ ]

**\*Emitir em papel que identifique a licitante**

**ANEXO 05 - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

**MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO
EXECUÇÃO DO SERVIÇO: Data: / /20
PROCESSO N° CONCORRÊNCIA N°
PRAZO DA EXECUÇÃO: Os serviços foram iniciados no prazo de..... (xxxxx) dias da emissão da Ordem de Serviço, e concluídos no prazo de..... (xxxxx) dias da emissão da mesma.
RESULTADO SOLICITADO: <b>SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COMBATE DE INCÊNDIO - HUBFS</b>
CUSTO DA SERVIÇO: R\$ xxx.xxx,xx (.....valor por extenso.... )
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS:.... descrever os serviços que foram recebidos e a avaliação da qualidade encontrada após conclusão dos mesmos..
LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO: Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, Filial EBSE RH, Rua Augusto Corrêa, 01, bairro Guamá, Belém/PA, CEP 66075-110.
DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO:Em cumprimento aos dispositivos previstos em lei, e tendo em vista a assinatura do Contrato nº. /20,, datado de /  / , atendendo as exigências legais pertinentes ao objeto mencionado, declaramos que, após análise de todos os pareceres técnicos elaborados, instrumentos de medição de resultado utilizados e todos os relatórios de fiscalização elaborados: I.Todos os itens da planilha orçamentária CONTRATADA (alterada ou não pelos termos aditivos ou de supressão existentes) foram executados e se encontram de acordo com as especificações do projeto; II.Não foram encontrados problemas técnicos nas instalações; III..... descrever demais  considerações.... Sendo assim, pelo presente Termo de Recebimento Provisório,  RECEBEMOS O OBJETO do contrato anteriormente referido, reafirmando que por ora foram cumpridos todos os compromissos existentes entre as partes.

\_\_\_\_\_  
  
FISCAL DO CONTRATO  
  
SIAPE

\_\_\_\_\_  
  
GESTOR DO CONTRATO  
  
SIAPE

**ANEXO 06 - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

**MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO		
EXECUÇÃO DO SERVIÇO:		Data: / /20
ORDEM DE SERVIÇO PARA ÍNICIO DO SERVIÇO Nº /		
PROCESSO Nº	CONCORRÊNCIA Nº	
OBJETO: <b>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COMBATE DE INCÊNDIO - HUBFS</b>		
ITEM DE SERVIÇO: (xxxxxxxxx descrever os itens de serviços que estão com recebimento definitivo... caso seja toda a etapa, descrever qual ou quais etapas xxxxxx)		
ETAPA: (xxxxxxxxx descrever qual etapa dos serviços estão sendo entregues...Combate a Incêndio, Esquadrias, etc xxxxx)		
CONTRATANTE: Complexo Hospitalar Universitário - UFPA		
CONTRATADA: (xxxx razão social completa da empresa CONTRADADA xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx)		
LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO: Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, Filial EBSE RH, Rua Augusto Corrêa, 01, bairro Guamá, Belém/PA, CEP 66075-110.		
<p>DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO: Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no item..... do Projeto Básico de dispensa de licitação, que os serviços</p> <p>relacionados na Ordem de Serviço acima identificada, possuem a qualidade compatível com a especificada no Projeto Básico e Contrato supracitado. Sendo assim, pelo presente Termo de Recebimento Definitivo, RECEBEMOS O OBJETO do contrato nº. /20_, datado de /</p> <p>/ , reafirmando que foram cumpridos todos os compromissos existentes entre as partes, não eximindo a CONTRATADA das responsabilidades estabelecidas no Art. 618 do Código Civil - Lei</p> <p>10406/02</p>		

\_\_\_\_\_

FISCAL DO CONTRATO

SIAPE

\_\_\_\_\_

GESTOR DO CONTRATO

SIAPE

ANEXO 07 - MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇO

MINUTA DE ORDEM DE SERVIÇO ORDEM DE SERVIÇO

OS	Data		Contrato:	Nota de Empenho:
	Emissão:	Revisão:		

1. DADOS DO CONTRATO	
1.1 - EMPRESA:	
1.2 - CNPJ:	
1.3 - TELEFONE(S);	
2. DADOS DA OS	
2.1 - PRAZO DE EXECUÇÃO ESTIMADO DE XX DIAS	
2.2 - VALOR DO(S) SERVIÇO(S): R\$ - (valor por extenso)	
2.3 - SERVIÇO A SER EXECUTADO:	
2.4 - OBSERVAÇÕES:	
3. AUTORIZAÇÃO DA OS	
AUTORIZADO EM //	RECEBIDO EM //
CARIMBO E ASSIANTURA	CARIMBO E ASSIANTURA

ANEXO 08 - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO, EQUIPAMENTOS E MATERIAL;

[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO, EQUIPAMENTO E MATERIAIS

A empresa \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, no Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que possui em seu quadro instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado para a realização do objeto desta licitação e que estes têm disponibilidade para serem responsáveis técnicos pela execução do serviço de implantação do sistema de prevenção e combate à incêndio, no Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, conforme quantidades e especificações técnicas deste Projeto Básico do Edital de Licitação. E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

Belém\_\_\_\_\_, de\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

[ Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal ]

[ Dados da Declarante:

Razão Social e[ Carimbo do CNPJ ]

**\*Emitir em papel que identifique a licitante**

ANEXO 09 - DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E FINANCEIRA;

[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]

A empresa \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, no Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que possui capacidade técnica e econômico-financeira suficiente para executar integralmente o objeto contratual nos prazos e condições estabelecidos, responsabilizando-se por eventuais atrasos decorrentes de minha própria incapacidade operacional ou financeira.

Belém\_\_\_\_\_, de\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

[ Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal ]

[ Dados da Declarante:

Razão Social e[ Carimbo do CNPJ ]

**\*Emitir em papel que identifique a licitante**

ANEXO 10 - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NO FINAL DE SEMANA OU PERÍODO NOTURNO

[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]

A empresa \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, no Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que a proposta orçamentária apresentada nesta licitação foi elaborada considerando que os serviços poderão ser executados no final de semana ou período noturno, conforme as necessidades e restrições operacionais da CONTRATANTE. Estou ciente de que tal condição não ensejará direito a reequilíbrio econômico-financeiro, por ter sido previamente prevista na composição da proposta.

Belém\_\_\_\_\_, de\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

[ Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal ]

[ Dados da Declarante:

Razão Social e[ Carimbo do CNPJ ]

**\*Emitir em papel que identifique a licitante**

ANEXO 11 - PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA;

Os arquivos de PROJETOS EXECUTIVOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS e ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA se encontram no documento SEI (57712708).

ANEXO 12 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO;

Os arquivos da PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA e CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO se encontra no documento SEI (57712728).

ANEXO 13 - COMPOSIÇÃO DO BDI

VALOR ADOTADO PARA BDI

MODELO DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS – BDI PARA SERVIÇOS

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL -AC	
2	SEGURO E GARANTIA (S+G)	
3	IMPOSTOS E TAXAS S - I	
	*ISS	
	*COFINS	
	*PIS	
	*CPRB	
4	MARGEM DE RISCO - R	
5	DESPESAS FINANCEIRAS - DF	
6	BONIFICAÇÃO - L	
	TOTAL DO BDI	

OBS.1: Os valores de BDI aceitos pelo CHU-UFPA são do quartil médio do acórdão Ac-P 2.622/13 TCU, para valores acima deste, a empresa deverá justificar. A justificativa será analisada pela administração para o aceite ou recusa.

OBS.2: Em observância a SÚMULA TCU Nº 253 e Acórdão TCU nº 2.622/2013, os equipamentos listados na tabela do item 17.1.2. deverão apresentar incidência de taxa de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens da planilha orçamentária que comporá a proposta da licitante.

FÓRMULA DO BDI

A fórmula para cálculo da taxa a ser acrescida aos custos diretos de um empreendimento a título de Benefícios e Despesas Indiretas é (segundo acórdão do TCU 2622/2013):

$$BDI = \left\{ \left[ \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right] - 1 \right\} * 100$$

Belém-PA, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2024

Carimbo e Assinatura do Representante Legal da Empresa

CPF: \_\_\_\_\_

ANEXO 14 - MAPA DE RISCOS;

O Mapa de Riscos se encontra no documento SEI (57709241)

ANEXO 15 - MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA PARA EMPRESAS TERCEIRIZADAS DO CHU-UFPA

O Manual de Procedimentos de Segurança para Empresas Terceirizadas do CHU-UFPA encontra no documento SEI (57712754)

ANEXO 16 - ORÇAMENTO REFERENCIAL E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

O Orçamento referencial e Cronograma Físico Financeiro se encontra no documento SEI (57712765)

	Documento assinado eletronicamente por <b>Diego Pereira De Santana, Engenheiro(a) Eletricista</b> , em 03/02/2026, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do <a href="#">Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</a> .
	Documento assinado eletronicamente por <b>Apolo Moraes de Almeida, Chefe de Setor</b> , em 03/02/2026, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do <a href="#">Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</a> .
	Documento assinado eletronicamente por <b>Daniel Paulo Serique Junior, Gerente</b> , em 04/02/2026, às 08:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do <a href="#">Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</a> .
	Documento assinado eletronicamente por <b>Erlan Oliveira Mendonca, Engenheiro(a) Mecânico(a)</b> , em 04/02/2026, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do <a href="#">Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</a> .
	Documento assinado eletronicamente por <b>Andrei Ferreira da Silva, Engenheiro(a) Mecânico(a)</b> , em 04/02/2026, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do <a href="#">Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</a> .
	Documento assinado eletronicamente por <b>Ana Cristina Pacha de Carvalho Pedroso, Arquiteto(a)</b> , em 04/02/2026, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do <a href="#">Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</a> .
	Documento assinado eletronicamente por <b>Marylu Fernandes Guedes Rios, Arquiteto(a)</b> , em 04/02/2026, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do <a href="#">Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</a> .
	Documento assinado eletronicamente por <b>Jacilino Estumano Barbosa, Chefe de Divisão</b> , em 04/02/2026, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do <a href="#">Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</a> .
	Documento assinado eletronicamente por <b>Francisco Fernandes Praxedes Neto, Engenheiro(a) Eletricista</b> , em 04/02/2026, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do <a href="#">Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</a> .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **57709332** e o código CRC **0D9F8B33**.